

PLANTAÇÕES DE EUCALIPTO  
E PRODUÇÃO DE CELULOSE

**PROMESSAS DE EMPREGO  
E DESTRUIÇÃO DE TRABALHO  
O caso Aracruz Celulose no Brasil**

**Alacir De’Nadai  
Winfriidus Overbeek  
Luiz Alberto Soares**

Equipe de Pesquisa: Alacir De’Nadai  
Winfridus Overbeek  
Luiz Alberto Soares  
Redação: Winfridus Overbeek  
Edição: Marina Filleti e Gloria Regina Alves de Carvalho  
Desenho da capa: Flavio Pazos

© **Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**

*Secretariado Internacional*

Maldonado 1858, Montevideo, Uruguay  
Tel.: +598 2 413 2989, Fax: +598 2 418 0762  
Correio eletrônico: [wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)  
Página web: <http://www.wrm.org.uy>

*Escritório na Europa*

1c Fosseway Business Centre  
Stratford Road  
Moreton in Marsh GL56 9NQ  
Reino Unido  
Tel.: +44 1608 652893, Fax: +44 1608 6512 878  
Correio eletrônico: [wrm@gn.apc.org](mailto:wrm@gn.apc.org)

*Esta publicação encontra-se também disponível em inglês e espanhol.*

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido totalmente ou parcialmente sem necessidade de autorização prévia. Não obstante, deverá reconhecer claramente a autoria do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais e comunicar ao mesmo qualquer tipo de reprodução.

Data da publicação: maio de 2005.

Esta publicação foi possível graças a colaboração de Novib e da SSNC.

**n(o)vib**  
OXFAM NETHERLANDS



Svenska Naturskyddsföreningen

PLANTAÇÕES DE EUCALIPTO  
E PRODUÇÃO DE CELULOSE

**PROMESSAS DE EMPREGO  
E DESTRUIÇÃO DE TRABALHO  
O caso Aracruz Celulose no Brasil**

**Alacir De’Nadai  
Winfriidus Overbeek  
Luiz Alberto Soares**



**Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**

# Índice

<i>Introdução</i> .....	7
-------------------------	---

## ***Parte I: Emprego e a Aracruz Celulose***

<b>1. Aracruz Celulose</b> .....	9
1.1 Histórico e aspectos principais .....	9
1.2. Principais críticas e resistência .....	10
<b>2. As promessas de emprego e os instrumentos de divulgação</b> .....	11
<b>3. A geração de empregos</b> .....	15
3.1 Dados do setor de plantações no Brasil .....	15
3.2 A Aracruz Celulose .....	16
3.3 Geração de empregos X outros parâmetros .....	17
<b>4. Mecanização</b> .....	19
4.1 As plantações .....	19
4.2 A Indústria .....	20
<b>5. Terceirização e degradação das condições de trabalho</b> .....	23
5.1 O processo de terceirização .....	23
5.2 Terceirização na Aracruz Celulose .....	23
<b>6. Sindicatos: organização e desmantelamento</b> .....	24
6.1 O Sinticel .....	24
6.2 O Sintral .....	25
<b>7. Ex-trabalhadores: acidentes e doenças de trabalho nas plantações</b> .....	26
7.1 Os mutilados demitidos .....	26
7.2 A situação atual dos trabalhadores do campo nas empresas terceirizadas .....	28

## ***Parte II: Emprego e trabalho nas comunidades vizinhas da Aracruz: destruição de trabalho e busca de alternativas***

<b>1. A situação de emprego e trabalho nas comunidades vizinhas</b> .....	31
<b>2. As mulheres e o eucalipto</b> .....	34
<b>3. Alternativas de geração de trabalho no campo</b> .....	36
3.1 Introdução .....	36
3.2 Estudo de caso: Vila Valério .....	39
<b>Considerações finais</b> .....	43
<b>Bibliografia</b> .....	45



## Introdução

Este trabalho apresenta e analisa dados sobre emprego e trabalho nas plantações de eucalipto e produção de celulose para exportação no Estado do Espírito Santo, mais especificamente sobre a empresa Aracruz Celulose, a maior do setor no Brasil. Sem a pretensão de se apresentar como um estudo acadêmico, o trabalho é, na verdade, o relatório de uma pesquisa em que se ouviram preferencialmente trabalhadores e trabalhadoras da Aracruz Celulose e moradores e moradoras das comunidades vizinhas à empresa, o que ajudou a revelar também a situação dessas comunidades, cujas formas tradicionais de trabalho sofreram alterações ou foram inviabilizadas em função da implantação das grandes extensões da monocultura do eucalipto no Estado. Os nomes de trabalhadores e ex-trabalhadores e sindicalistas entrevistados foram omitidos por questão de segurança.

A conjuntura atual torna este trabalho ainda mais relevante se levamos em conta o alto índice de desemprego no Brasil. Em 2003, por exemplo, mais de 1 milhão de pessoas ficaram sem emprego no país. Em 2004 este índice chegou a cerca de 11,5 % da população ativa, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desta forma, apenas para que a taxa de desemprego não aumentasse seria necessário criar em torno de 1,5 milhão de empregos anuais. Aproveitando-se da gravidade desta situação, o setor de eucalipto/celulose utiliza sistematicamente a geração de empregos como arma para ‘vender’ seu projeto às comunidades locais e regionais, ao Estado e à opinião pública. Mas, na verdade, os números que o setor apresenta ao fazer sua propaganda não se confirmam nem nas suas próprias fontes.

Conforme o pesquisador Francisco de Oliveira (Ibase, 2004), o capitalismo contemporâneo produz dois tipos opostos de emprego. O primeiro é o emprego de alta *performance*, bem remunerado e com todos os direitos trabalhistas garantidos; são empregos dedicados a pesquisas científicas e programas para o progresso técnico. O segundo é o emprego mais banalizado, braçal, mal remunerado e geralmente terceirizado, como paradoxo do progresso técnico-científico. O número de empregos nos demais setores – indústria, onde se situa a classe operária, e serviços – não cresce há décadas e as vagas estão cada vez mais escassas. Desta forma a concentração de renda e as desigualdades entre as categorias de trabalhadores com e sem direitos garantidos aumentam proporcionalmente. Esta situação é percebida não apenas na Aracruz Celulose, mas em todas as empresas do setor.

Tal questão merece um estudo aprofundado, sobretudo para desconstruir o discurso empresarial que utiliza a geração de empregos como justificativa para ampliar a plantação de árvores no Brasil dos atuais 5 para 11 milhões de hectares no período de 2003 a 2013, o que significa aumentar a capacidade produtiva de celulose. As promessas de emprego se repetem em outros países do Sul como Equador, Chile, África do Sul, Indonésia, onde as grandes empresas do setor querem se instalar ou se expandir para plantar árvores de rápido crescimento na intenção de produzir celulose para exportação. Os grandes monopólios das plantações de eucalipto e fábricas de celulose no Estado do Espírito Santo vêm destruindo a agricultura campestre, substituindo a produção de alimentos, impedindo a realização da reforma agrária, e a devolução e demarcação de terras quilombolas e indígenas. Esperamos que o estudo seja útil a todos que enfrentam esses problemas.



## Parte I: Emprego e a Aracruz Celulose

---

### 1. A Aracruz Celulose

#### *1.1 Histórico e aspectos principais*

A Aracruz Celulose S.A. foi fundada em 1972, mas desde 1967 já havia iniciado suas atividades no Estado do Espírito Santo, então com o nome de Aracruz Florestal. Nos anos de 1980 expandiu seus plantios de eucalipto para o Estado da Bahia. A empresa está presente hoje também nos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No Espírito Santo, desde sua fundação, foram investidos mais de US\$ 4 bilhões. As principais atividades da empresa são o plantio de árvores de eucalipto e a produção de celulose branqueada para exportação.

Em 1997, a Aracruz começou a produzir também produtos sólidos de madeira numa serraria instalada em Posto da Mata, Bahia, através da empresa Aracruz Produtos de Madeira. Os principais acionistas da Aracruz Celulose são:

- Grupo Lorentzen (28%) – Noruega;
- Grupo Safra (28%) – Brasil;
- Grupo Votorantim (28%) – Brasil;
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (12,5%) – Brasil.

Oficialmente a Aracruz é proprietária de 375 000 hectares de terras no Espírito Santo, na Bahia, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, das quais 247 000 hectares são utilizadas para o plantio de eucalipto. A empresa mantém ainda contratos de ‘fomento florestal’ – plantio de eucalipto em propriedades de terceiros – com 2 593 produtores rurais, utilizando mais esta área de 58 000 hectares com plantios da mesma espécie (Aracruz Celulose, 2003).

A empresa produz, anualmente, 2,4 milhões de toneladas de celulose branqueada, exportando 97% da sua produção, sobretudo para a Europa (38%) e América do Norte (36%). Cerca de 55% da produção destina-se à fabricação de papéis descartáveis, papéis sanitários e papéis tipo *tissue* (Aracruz Celulose, 2003).

A primeira fábrica da empresa (Fábrica A) foi inaugurada em 1978. A segunda (Fábrica B) entrou em operação em 1991. A última fábrica (Fábrica C), em 2002, elevou a produção na unidade de Barra do Riacho, Espírito Santo, para 2 milhões de toneladas.

A Aracruz adquiriu também, em 2003, a empresa Riocell (do Grupo Klabin), no Rio Grande do Sul, cuja fábrica de celulose produz 400 000 toneladas/ano. Além disso, em 2000, a Aracruz adquiriu 50% das ações da empresa Veracel Celulose, na Bahia, que possui 73 000 hectares de plantios de

eucalipto. Em 2003, a Aracruz decidiu, junto com outra acionista, a sueco-finlandesa Stora-Enso<sup>1</sup>, investir na construção de uma nova fábrica de celulose em Eunápolis (Bahia) com capacidade de produção de 900 000 toneladas de celulose. A inauguração da nova fábrica está prevista para este ano de 2005.

Fora do Brasil, a Aracruz mantém relações comerciais com empresas na Alemanha, Áustria, Finlândia, Suécia e Noruega. São empresas que fornecem equipamentos e manutenção para plantios de eucalipto e produção de celulose: *Andritz-Ahlstrom*, *Kvaerner*, *Partek*, *Metso*, *ABB*, *Siemens* e *Voith Paper*. Além destas, as empresas de consultoria *Jaakko Poyry* e *Indufor* da Finlândia são parceiras importantíssimas da Aracruz.

No Brasil, o BNDES, banco público federal, é o principal financiador da empresa Aracruz. A Fábrica C contou com financiamento do banco da ordem de 1 bilhão de reais (364 milhões de dólares) e a construção da Fábrica da Veracel vai receber deste banco público 1,5 bilhão de reais (546 milhões de dólares) em financiamento. Este último empréstimo vem a ser o maior apoio a um investimento privado previsto no governo do presidente brasileiro Luiz Inácio ‘Lula’ da Silva. A Aracruz conta, ainda, com apoio financeiro de bancos Europeus, principalmente do Banco Europeu de Investimentos (EIB) e do Banco Nórdico de Investimentos (NIB). Em dezembro de 2004, a empresa firmou contrato de empréstimo com a *International Finance Corporation* (IFC) do Banco Mundial, no valor de 50 milhões de dólares.

A Aracruz, que já detém 35% do mercado global de celulose branqueada de eucalipto, pretende crescer ainda mais com a justificativa de que é crescente a demanda global de produtos de papel descartável, incluindo novos mercados promissores como a China.

## 1.2 Principais críticas e resistência

A ocupação, ao longo de mais de 35 anos, de 375 000 hectares de terras pela Aracruz implicou na expulsão de milhares de famílias do campo, dentre as quais haviam índios Tupinikim e Guarani, quilombolas, pequenos proprietários, meeiros, posseiros e lavradores.

Só no Espírito Santo, onde a empresa detém 154 000 hectares de terras, milhares de hectares de Mata Atlântica foram destruídas e substituídas por eucalipto, conforme depoimentos de centenas de índios, quilombolas e pequenos produtores rurais. Há além de relatos de jornalistas e pesquisadores da época, como o cientista Augusto Ruschi, que assistiram, atônitos, à implantação do chamado “deserto verde”. O desmatamento e o posterior plantio em larga escala dos eucaliptais, sem uma preocupação com a preservação dos recursos hídricos, diminuiu a disponibilidade de água nos córregos e rios devido ao grande consumo de água por parte destas culturas de ciclos curtos. A qualidade da água de superfície se deteriorou também em função do uso sistemático de agrotóxicos e por causa da erosão.

Ao longo dos últimos 35 anos, as comunidades têm resistido e reagido a esses tipos de violência praticados pela empresa. Hoje, com o apoio de entidades e movimentos sociais, essas comunidades lutam articuladamente na *Rede Alerta contra o Deserto Verde*, combatendo o modelo

---

<sup>1</sup> Empresa que detém os outros 50% das ações na Veracel Celulose

agroindustrial excludente que a Aracruz e outras empresas buscam impor ao território brasileiro. A Rede organiza debates sobre as consequências das monoculturas, cria espaços de formação e intercâmbio, elabora materiais informativos e promove campanhas e mobilizações. As principais reivindicações daqueles que participam da Rede são:

- a realização da reforma agrária e a devolução das terras às comunidades indígenas, quilombolas e de pequenos produtores, em vez do aumento de terras nas mãos do setor empresarial de plantio de eucalipto;
- incentivo à produção de alimentos em detrimento da produção de eucalipto, na sua maioria destinada à produção de papéis descartáveis;
- a recuperação da Mata Atlântica e dos recursos hídricos contra a promoção de uma monocultura de eucaliptos.

## 2. As promessas de emprego e os instrumentos de divulgação

*“Atividades florestais oferecem oportunidades de emprego, mesmo nas áreas mais remotas do país”.*

*(“Forestry activities offer job opportunities even in remote areas of the country”).*

Esta é apenas uma das muitas frases de propaganda que a Aracruz Celulose divulga através de textos e projetos na Internet, e que integra uma mensagem geral que as empresas do setor querem “vender”: o plantio de eucalipto e a produção de celulose como geradores de empregos, até em regiões onde não existiam outras oportunidades.

No afã de divulgar mensagens positivas, os dados nem sempre correspondem à realidade ou são manipulados para darem uma impressão de realidade. Vejamos, como exemplo, a seguinte frase da Aracruz Celulose, num projeto em inglês, que circulou na Internet em busca de financiamento:

*“Em média, cada hectare de uma plantação de eucalipto gera quatro empregos diretos, uma indicação da importância econômica e social destas plantações”.*

*(“On average, each hectare of eucalyptus plantation generates four directly related jobs, an indication of the economic and social importance of these plantations...”).*

Esta afirmação significa que, no caso da Aracruz, com 247 000 hectares de eucalipto, a empresa estaria gerando 988000 empregos diretos somente nas plantações de eucalipto! Mas, na realidade, a Aracruz gera, diretamente, apenas 2031 empregos (BVQI, 2004). Empresas como a Aracruz Celulose, além da sua própria publicidade, têm muitos parceiros que contribuem para passar a idéia de grande geradora de empregos e renda. Assim como existe o “*greenwashing*” das empresas para criar uma imagem verde, há também o “*jobwashing*”:

\* (1) a publicidade

A Aracruz se apresenta sempre em campanhas publicitárias com o objetivo de influenciar a opinião pública, além de fazer pronunciamentos específicos para responder às críticas que recebe. Essas campanhas são realizadas através de diferentes meios de divulgação, como outdoors e cartazes localizados em pontos de grande fluxo de pessoas, nos ônibus e seus pontos de parada,

principalmente na região da Grande Vitória (ES), onde a maioria da população estadual se concentra. Além disso, são divulgados anúncios nos jornais, rádios e televisão.

A mais recente campanha publicitária da Aracruz abordou a questão do emprego, mostrando à população que a empresa “*está presente no seu dia-a-dia*” através dos inúmeros empregos indiretos gerados a partir da sua presença no Estado. Mas a campanha não apresenta dados específicos, como o número exato de empregos diretos e indiretos que gera, por exemplo. Ela simplesmente busca convencer a população de que, de alguma forma, está presente no seu cotidiano, ou seja, que ela é responsável por empregos que não são ligados diretamente às suas atividades, e isso “*you can’t see it*”, conforme finaliza a mensagem divulgada.

Mesmo quando a Aracruz apresenta os números dos empregos diretos, estes nunca são específicos, como revela a resposta a uma matéria do Jornal do Brasil, que fazia críticas à empresa:

“...A Aracruz gera atualmente 4 800 empregos diretos e cerca de 50 mil indiretos, ...” (resposta da Aracruz à Matéria do JB de 14/4/2002: O conflito ambiental da Aracruz).

\* (2) a mídia



**Foto 1: outdoor em Vitória da última campanha da Aracruz em relação à geração de emprego**

O Jornal *A Gazeta*<sup>2</sup> é o principal jornal de circulação diária no Estado do Espírito Santo. Neste Jornal, a Aracruz encontrou seu mais fiel parceiro na imprensa estadual. *A Gazeta* só divulga notícias positivas da empresa e sempre minimiza os protestos ou críticas. O compromisso deste jornal com a Aracruz se baseia na sua convicção de que os grandes projetos econômicos são fundamentais para o desenvolvimento do Estado. A empresa, por sua vez, veicula constantemente através deste jornal uma grande quantidade de anúncios publicitários, incluindo cadernos especiais. Provavelmente tudo isso deve influenciar nas opiniões do jornal. O resultado é uma verdadeira manipulação da opinião pública através todos os meios de comunicação ligados à Rede Gazeta, não apenas o Jornal, mas também a televisão e o rádio. Todas as tentativas de divulgação de atividades e ações da Rede Alerta contra o Deserto Verde, ou os impactos negativos causados pela Aracruz Celulose, não alcançam sucesso.

Vejamos alguns trechos transcritos do Jornal *A Gazeta*:

- “O setor [de celulose no Espírito Santo!] gera 60 mil empregos diretos e indiretos e movimentou R\$ 2,5 bilhões [US\$ 0,9 bilhão] por ano” (Jornal *A Gazeta*: 11/06/2002).

<sup>2</sup> O Jornal *A Gazeta* faz parte da principal rede de comunicação do Brasil, a Rede Globo, em mãos da família Marinho, e com jornais e canais de rádio e televisão em nível nacional e nos estados.

- “Expectativa com a liberação do plantio de eucalipto: mais 25 mil empregos” (manchete do Jornal A Gazeta de 11/06/2002).
- “As obras da terceira fábrica foram iniciadas em fevereiro de 2001 e quando ela estiver em operação vai gerar 420 empregos diretos e 2,4 mil indiretos,...” (Jornal A Gazeta: 24/02/2002).
- “O plantio de mais 174 mil hectares de florestas no Estado, dos quais 70% com eucalipto e pinus,(...) vai permitir a geração adicional de US\$ 1 bilhão de renda e cerca de 50 mil empregos, entre diretos e indiretos, para a economia capixaba”. (Jornal A Gazeta, dezembro de 1998).
- “...a estimativa é o plantio de cerca de 8 mil hectares, com a geração de mais de 300 empregos no campo”. (Jornal A Gazeta, 15/01/2004).
- “Assim, a Aracruz foi responsável pela criação da maioria de seus prestadores de serviço, que hoje somam 152 empresas, envolvendo um efetivo de 9 mil empregos, entre permanentes (...) e temporários”. (Caderno Especial; Jornal A Gazeta: 05/08/2003).

\* (3) governos federal, estadual e municipal

O setor de exportação de celulose é estratégico para o Brasil, já que o país optou pela adoção de uma política econômica que estimula prioritariamente as exportações. O Governo Federal lançou como meta ampliar a área de plantações de árvores no Brasil em 40% até 2007. Portanto, não surpreende que os governos, em todos os níveis, demonstrem uma grande disposição em colaborar com a divulgação deste setor. O ex-Ministro de Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, disse, durante visita à empresa Veracel Celulose, em janeiro de 2004, que “A Veracel tem a cara do Lula [Presidente do Brasil!]”, afirmação que ganhou nada menos que manchete no site da Veracel na internet. Segundo Wagner, “aqui está a síntese do que acredita o Presidente Lula”.

Um outro exemplo vem de um representante do banco público federal BNDES:

*“O chefe de departamento da área industrial do BNDES destaca que o projeto [da Veracel!] vai gerar dois mil empregos diretos e oito mil indiretos pelo efeito multiplicador de suas atividades. Segundo ele, cerca de 12 mil empregos serão gerados na fase de pico das obras”.* (Gazeta Mercantil, 17/12/2003).

Nos municípios, os prefeitos não ficam atrás. Citamos, a seguir, o ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Theodorico Ferraço, na inauguração de um escritório da Aracruz Celulose no seu município, no sul do Espírito Santo:

*“Esse é o grande passo para que a Aracruz traga emprego e geração de renda à nossa região. A instalação do escritório do programa do Produtor Florestal da Aracruz tem o significado de uma nova fábrica de Itapuã ou de uma Viação Itapemirim”.*<sup>3</sup> (Produtor Florestal, Ano I no.4, julho de 2004, Aracruz Celulose).

<sup>3</sup> Itapuã é uma rede nacional de lojas de roupas, calçados e outros produtos. A Viação Itapemirim é uma das maiores empresas de transportes do Brasil.

Vale lembrar que só a Viação Itapemirim gera em torno de 16 000 empregos diretos no país, bem mais um número bem maior do que os pouco mais de 2 000 da Aracruz.

\* (4) *parlamentares*

A empresa Aracruz influencia, de todas as formas, os parlamentares brasileiros, primeiramente com contribuições maciças nas campanhas eleitorais de candidatos de direita, do centro e de esquerda, uma prática comum no país. Uma vez eleito o parlamentar, a empresa financiadora espera dele um tratamento especial, além de apoio para suas atividades, mesmo quando estas provocam graves impactos ambientais e sociais. Foi assim que surgiu na Câmara dos Deputados a “Bancada da Silvicultura”, um grupo de parlamentares que defende a expansão das plantações de árvores no Brasil. Um dos membros desta Bancada disse:

*“Não há como ignorar a importância que o setor florestal brasileiro tem na economia. (...) Dois milhões de empregos diretos...”*. (Jornal A Gazeta: Coluna do leitor: Renato Casagrande, deputado federal e engenheiro florestal: 07/08/2003).

\* (5) *os representantes da silvicultura*

A silvicultura no Brasil cresceu enormemente nas décadas de 60 e 70, quando as empresas do setor conseguiram incentivos fiscais suficientes para o fomento de grandes plantios de eucalipto e pinus. Desde então, os engenheiros florestais e suas associações, com raras exceções, se tornaram talvez os maiores defensores das empresas de eucalipto e celulose.

A Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) divulga notícias em seu site na internet, organiza seminários, orienta associados, divulgando os benefícios das plantações de árvores, inclusive para a geração de empregos. Um exemplo:

*“Com as políticas públicas instituídas nas décadas de 60 e 70 objetivando diminuir a exploração indiscriminada dos recursos florestais naturais e de implantar florestas de rápido crescimento, o setor passou a contribuir com uma parcela importante para a economia brasileira através da geração de produtos para consumo direto ou para exportação, gerando impostos e empregos e atuando na conservação e preservação dos recursos naturais renováveis”*. (Rede SBS do dia 16/08/2004).

\* (6) *as secretarias de agricultura, empresas estatais de extensão rural e fiscalização*

Órgãos de governo, que atuam na agricultura, fazem propaganda do eucalipto, convencendo produtores rurais a aderirem ao programa de Fomento Florestal das empresas. No Espírito Santo, o programa da empresa Aracruz convence produtores rurais a plantar eucalipto para fins de produção de celulose. No seu trabalho de divulgação, os órgãos públicos também utilizam a geração de emprego através do plantio de eucalipto como instrumento de convencimento.

Um exemplo disso é o convênio firmado em 07 de junho de 2004 entre a Aracruz, a Secretaria de Agricultura do Espírito Santo (SEAG) e o Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (INCAPER). O convênio prevê que os órgãos estaduais do Espírito Santo têm como meta promover o plantio de eucalipto nas propriedades rurais e, segundo o Secretário Estadual da Agricultura, Ricardo Ferraço, esta seria “*uma extraordinária oportunidade para o agronegócio*”. Apesar de o programa se chamar “*Reflorestamento de imóveis rurais*”, serão disponibilizadas apenas 60 mil

mudas de árvores nativas para os produtores rurais no estado, bem menos que as 1,3 milhão de mudas de eucalipto previstas no programa. Durante assinatura do convênio, no sul do Estado, o gerente florestal da Aracruz, Tadeu Mussi de Andrade, prometeu gerar cerca de 500 empregos diretos e 2 000 indiretos numa área de plantio proposto de 5 000 hectares de eucalipto naquela região (Produtor Florestal, Ano I no.4, julho de 2004, Aracruz Celulose).

\* (7) as escolas

Alunos e professores das escolas formam um grupo prioritário que a Aracruz busca influenciar. Segundo o Diretor de Meio Ambiente da Aracruz Celulose, Carlos Alberto Roxo, “A política social da empresa prioriza a área educacional, principalmente”. É nesse sentido que ela se esforça para receber visitas de escolas à fábrica e posteriormente, manter os vínculos para que o trabalho de convencimento das crianças continue. Na principal feira de meio ambiente do Estado, a “Feira do Verde”, que acontece anualmente em Vitória, com mais de 70 000 visitantes, a Aracruz garante sempre os melhores e maiores espaços, bem na entrada do evento. O público é composto, principalmente, de grupos escolares de todo o Estado.

### 3. A geração de empregos

#### 3.1 Dados do setor de plantações no Brasil

No Brasil existem muitos números disponíveis sobre o setor de plantações e sua capacidade de geração de emprego. Os dados são divulgados em sites das empresas, em palestras e em artigos de jornais. Vale acrescentar que, nesses sites e em outros informes publicitários, o setor de plantações é sempre chamado de “setor florestal”. É bom deixar claro que em uma monocultura de árvores de eucalipto ou pinus, além da presença das árvores, nada mais tem a ver com uma floresta de verdade. O Setor insiste com o termo ‘florestal’ porque este é um termo positivo, que influencia a opinião pública, muito mais do que “plantação”.

Apresentamos alguns dados, obtidos de jornais e de sites da Internet, que impressionam em termos de quantidade – milhões de empregos! – mas, ao mesmo tempo, chamam a atenção pelas diferenças e divergência ainda enormes entre eles. As fontes não dão maiores detalhes sobre a metodologia utilizada para se chegar a estes números, nem esclarecem as categorias de empregos a que se referem para montar os números. Isso suscita dúvidas sobre a credibilidade destes dados e também sobre a real capacidade de geração de empregos pelas plantações de eucalipto para diversos fins no Brasil. Vejamos alguns exemplos:

- Segundo José Carlos Mendes, gerente florestal da empresa Klabin, em palestra proferida em Alemanha, em setembro de 2004, , contando com 5 milhões de hectares de plantações, o setor “florestal” gera no Brasil 1,5 milhões de empregos diretos e 5,2 milhões de empregos indiretos.
- O deputado federal Renato Casagrande, em artigo no Jornal *A Gazeta* de 2003, disse que a geração de empregos [do setor “florestal”] é de 2 milhões de empregos diretos.
- Para Antônio Claret, Presidente da Associação Mineira de Silvicultura, o setor “florestal” cria 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos, conforme entrevista concedida ao “*Jornal do Brasil*” em 7 de outubro de 2004.

- E ainda: o Jornal “*Estado de Minas*”, em editorial no dia 18 de dezembro, prevê que “*Um programa sustentado de reflorestamento pode gerar 2 milhões de empregos diretos [no Brasil]*”.

Foram enviadas, por correio eletrônico, algumas perguntas à Associação Brasileira de Produtores de Celulose (BRACELPA) para esclarecer as dúvidas sobre diferenças nos números de empregos apresentados e as categorias de trabalhadores incluídos. Na sua resposta, a BRACELPA não responde às perguntas feitas, mas afirma que “*acompanha somente a mão-de-obra do setor de celulose e papel*”. A entidade informa ainda que no Espírito Santo este setor gera 5.524 empregos diretos e indiretos. Mas em seu site a Bracelpa afirma que , incluindo plantações e indústria, o setor ‘florestal’ para celulose gera 100.000 empregos diretos no país. ([www.bracelpa.com.br](http://www.bracelpa.com.br)). Vale lembrar que a maior parte da produção de madeira nas plantações destina-se à produção de celulose. Onde se encontram, então, os milhões de trabalhadores?

O site da Sociedade Brasileira de Silvicultura ([www.sbs.org.br](http://www.sbs.org.br)), foi consultado na esperança de que apresentasse um quadro mais completo que esclarecesse a questão. Mas o principal dado encontrado neste site é a geração de 31.004 empregos na “*atividade florestal*” no país. A fonte citada nesse site é novamente a BRACELPA, que, como sabemos, afirmou dispor apenas de dados do setor de celulose e papel.

Conclui-se então que os dados divulgados não estão baseados em fontes seguras. Quando questionadas, as fontes das informações, como foi o caso da BRACELPA, não respondem com exatidão. Ao que parece, o principal interesse das empresas é mesmo o “*jobwashing*”.

### 3.2 A Aracruz Celulose

A tabela abaixo, apresenta dados sobre empregos diretos e indiretos gerados pela Aracruz Celulose desde 1989.

**Tabela 1: Trabalhadores diretos e indiretos na Aracruz Celulose**

Ano	Trabalhadores diretos	Trabalhadores indiretos	Total
1989	6.058 (1)	Sem dados	6.058
1991	7.095	Sem dados	7.095
1992	6.677	Sem dados	6.677
1993	5.125	Sem dados	5.125
1994	3.275	Sem dados	3.275
1995	2.907	Sem dados	2.907
1996	2.652	Sem dados	2.652
1997	2.393	3.706	7.099
2001	1.794 (2)	3.037	4.831
2003	2.281	7.546	9.827
2004	2.031	6.776	8.807 (3)

(Fontes: informações corporativas, Aracruz Celulose: 1989-2003; RIMA, 1989; BVQI, 2004).

(1): 4.729 trabalhadores diretos na área florestal com previsão de criação de mais 2.201 empregos (projeto de ampliação); 1.329 empregos diretos na área industrial com previsão de criação de mais 341 empregos (projeto de ampliação) (RIMA, 1989);

(2): 106 trabalhadores diretos no Portocel (porto de exportação da celulose); 146 trabalhadores diretos na Aracruz Produtos de Madeira e 1.542 trabalhadores diretos na Aracruz Celulose e subsidiárias internacionais;

(3): Conforme os dados da BVQI, a Aracruz possui 6.056 empregados (645 próprios e 5.411 terceirizados) na área das plantações, e 1.751 empregados na área industrial.

Alguns pontos chamam a atenção quando observamos a tabela:

- desde 1991, o número de trabalhadores diretos tem diminuído sempre; o crescimento registrado entre 2001 e 2003 deve-se à compra, pela Aracruz, da empresa Riocell;

- entre os dados de 1989 a 1996, não foram encontradas informações sobre o número de trabalhadores indiretos. Aparentemente porque não houve preocupação por parte da empresa em contabilizar esses trabalhadores nos seus relatórios, ou talvez a empresa não tivesse mesmo noção da quantidade de trabalhadores terceirizados, que prestavam serviço para a Aracruz. De qualquer forma, tal fato merece uma investigação mais profunda;

- a partir de 1997, a empresa começa a apresentar os números de trabalhadores indiretos, provavelmente por causa do grande processo de terceirização implantado no país na década de 90 que reduziu significativamente os postos de trabalhos diretos;

- houve um grande aumento do número de trabalhadores indiretos entre 2001 e 2003, o que não pode ser explicado apenas com a compra da empresa Riocell. Foram solicitadas, por correio eletrônico, à Aracruz Celulose, informações sobre o que teria gerado esse aumento, mas nenhuma resposta foi obtida;

- é sempre importante relacionar o número de trabalhadores a outros parâmetros, para se ter uma avaliação melhor sobre a criação de empregos deste setor.

### 3.3 Geração de emprego X outros parâmetros

#### *Investimento*

Uma característica do setor da cultura do eucalipto para produção de celulose é a necessidade de grandes investimentos. Isso se deve à complexidade tecnológica que requer automatização em alta escala e emprego de maquinário e tecnologia importadas da Europa. Nesse sentido, vale comparar os empregos gerados com os valores investidos (tabela 2). Acompanhemos esses três exemplos:

1. José Koopmans, ativista de direitos humanos, num estudo sobre os impactos da monocultura no Extremo Sul da Bahia, indica que o custo da construção da fábrica da Bahia-Sul Celulose, inaugurada em 1992, era de 970 milhões de dólares, com uma expectativa de geração de 1565 empregos. Assim, o custo de cada emprego gerado chegou a 619.808 dólares.

2. A fábrica C da Aracruz Celulose, inaugurada em 2002, custou 575 milhões de dólares, e geraria 173 empregos diretos e terceirizados, na planta industrial. Este cálculo leva a um custo de 3.323.699 dólares por emprego gerado.

3. A nova fábrica da Veracel, cuja inauguração está prevista para este ano de 2005, conta com um investimento de 1,5 bilhão de dólares e promete criar cerca de 400 empregos, o que significa um custo de 3.750.000 dólares por emprego gerado.

Os três exemplos demonstram que o emprego numa fábrica de celulose é extremamente caro e que o custo deste emprego ainda tem aumentado nesses últimos anos. Para termos uma melhor noção destes valores, recorreremos a outros exemplos (tabela 2).

Segundo Sérgio Leite (Ibase, 2004), professor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Rural do Rio de Janeiro, o assentamento de um milhão de famílias no campo poderia criar 3 milhões de empregos com um custo de cerca de 8.000 reais (2.900 dólares) por emprego criado. Os custos da criação de um emprego na indústria, no setor de serviços e no comércio, através do programa Pro-Trabalho do Governo Federal, são respectivamente 23 000 reais (8.400 dólares), 35 000 reais (12.700 dólares) e 88 300 reais (32.100 dólares).

**Tabela 2: Investimento por emprego criado na produção de celulose, comparado com outros setores**

<b>Setor</b>	<b>Custo por emprego gerado (em US\$)</b>
Assentamentos rurais	2.900
Indústria (programa Pró-Trabalho)	8.400
Serviços (programa Pró-Trabalho)	12.700
Comércio (programa Pró-Trabalho)	32.100
Indústria de celulose (Bahia Sul - 1992)	619.808
Indústria de celulose (Aracruz - 2002)	3.323.699
Indústria de celulose (Veracel - 2005)	3.750.000

(Fontes: Cepedes, 1992; Cepemar, 1999; Veracel Celulose, 2003; Ibase, 2004).

#### *Extensão territorial*

A Aracruz Celulose, proprietária de um total de 375 000 hectares de terras no Brasil, é a empresa que ocupa a maior quantidade de terras no Espírito Santo, são 154 500 hectares. Considerando que o plantio de eucalipto e a produção de celulose são atividades interligadas, pretende-se avaliar o número de empregos que a Aracruz gera na indústria e no campo, comparado com a quantidade de terras que concentra (tabela 3).

Com 375 000 hectares de terras e 2 031 empregados diretos, a Aracruz gera um emprego direto por cada 185 hectares de terras. Mesmo que se considere apenas as áreas plantio de eucalipto – 247 000 hectares – a geração de emprego não passa de um emprego direto por cada 122 hectares de eucalipto.

No entanto, se considerarmos o cálculo mais favorável para a Aracruz, que inclui também o número oficial de 6 776 trabalhadores terceirizados, dos quais uma parcela atua na área das

plantações, chegamos a um número de um emprego direto e indireto por cada 28 hectares de eucalipto.

No caso da Veracel, segundo um documento da empresa, com data de 16 de dezembro de 2003, ela possui 73 000 hectares e 400 empregados diretos, o que gera um emprego direto por cada 183 hectares. Com a fábrica em funcionamento, atuarão cerca de 2.000 empregados diretos e indiretos no campo e na fábrica. Nesse caso, estima-se um emprego direto e indireto por cada 37 hectares de eucalipto.

Observando o caso da monocultura agrícola mais significativa no Espírito Santo, o café, é fácil concluir como a cultura de eucalipto gera poucos empregos. Conforme dados do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), um hectare de café bem cuidado é capaz de criar um emprego direto. Na época da colheita, entre os meses abril a julho, cada hectare garante trabalho para mais uma a duas pessoas. Ou seja, esta cultura pode criar um emprego direto por cada hectare de café.

**Tabela 3: # Hectares necessários para gerar um emprego direto em monoculturas de eucalipto e café**

Monocultura	# terra para gerar 1 emprego direto (ha)	# terra para gerar 1 emprego direto e indireto (ha)
Eucalipto (Aracruz Celulose)	122	28
Eucalipto (Veracel Celulose)	183	37
Café	1	<1

(Fontes: Aracruz Celulose, 2004; Veracruz Celulose, 2003; MPA, 2004).

## 4. Mecanização

### 4.1 As plantações

Nos anos 70, quase todo o trabalho que envolvia a produção de mudas, o plantio, a capina e o corte do eucalipto, era feito de forma manual. Nessa época, as plantações de eucalipto geravam muito mais empregos, principalmente para pessoas das comunidades locais. A partir dos anos 80, iniciou-se um processo de mecanização no campo, primeiramente na área de corte do eucalipto, com as máquinas de corte. Já em 1984, 30% da colheita era feita de forma mecanizada e, desde então, este número só tem crescido. Hoje, praticamente nenhum corte mais é feito por motosserristas nos plantios da Aracruz. O trabalho de motosserrista só permanecem nas áreas de fomento florestal.

A demissão dos motosserristas aumentou enormemente o desemprego e continua na lembrança dos moradores de cidades como São Mateus, Conceição da Barra e Aracruz, onde boa parte destes trabalhadores vive até hoje, a grande maioria ainda desempregada. Dados contidos em um folder publicado pela empresa revelam que o grupo de trabalhadores envolvidos na colheita caiu de 1100

para 350, ou seja, 750 trabalhadores perderam o emprego devido à mecanização. Esta mesma publicação mostra que cada máquina para a colheita corta 140 árvores por hora, enquanto um trabalhador consegue cortar ‘apenas’ dez árvores por hora.

Contrariando estes dados da Aracruz, ex-motoserristas geralmente falam em ‘milhares de motoserristas’ demitidos. Um cálculo simples, utilizando os números divulgados pela empresa de que uma máquina de colheita consegue substituir quatorze trabalhadores, e um outro fornecido por um operador de máquina de corte, de que a empresa dispõe de cerca de setenta máquinas, confirmam as declarações que apontavam demissões em massa de trabalhadores. Se considerarmos ainda a prática de três turnos diários, concluímos que a Aracruz demitiu 2 940 trabalhadores. Este é um número mais próximo das estimativas dos ex-trabalhadores e coincide com a afirmação de um ex-dirigente do Sintral, o sindicato que representa os motoserristas: “...me lembro que uma época foram aderidos a uma greve da Aracruz Florestal e era na faixa de 3 000 funcionários...”.

O emprego de motoserrista foi substituído pelo de operador de máquina. Este, parece ser um bom emprego, o trabalhador senta em cadeiras confortáveis e cabinas com ar condicionado. No entanto, este grupo de trabalhadores enfrentou e ainda enfrenta problemas, conforme o relato de um operador entrevistado, que atua na empresa desde 1992: “numa certa época, houve uma máquina que exigiu um controle total e continuado do trabalhador, causando muito estresse nos operadores”, e “algumas pessoas têm dificuldade com o ‘isolamento’ do trabalho, passando 8 horas por dia sozinho numa cabina”.

#### 4.2 *Indústria*

Na indústria de celulose da Aracruz, o processo produtivo é muito mecanizado, desde a inauguração da primeira fábrica em 1978. E a exigência de produtividade por trabalhador direto tem crescido de forma constante com o processo de modernização e terceirização, que se intensificou a partir da década de 90. Em 1989, 1 329 trabalhadores da indústria produziam 502 000 toneladas de celulose, ou seja, cada trabalhador produzia 378 toneladas de celulose. Doze anos depois, 1 543 trabalhadores (a grande maioria ativa na indústria) produziam 1.240 000 toneladas de celulose, o que quer dizer que cada trabalhador produzia 804 toneladas de celulose em 2001. A inauguração da nova fábrica C, em 2002, elevou a produtividade: cada trabalhador passou a produzir 1.052 toneladas de celulose em 2003.

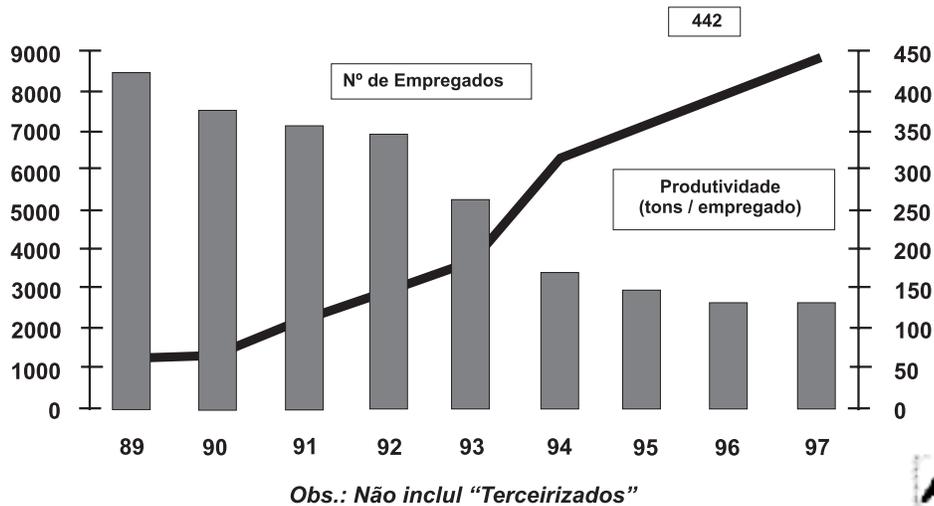
Um gráfico de 1998 da própria Aracruz, demonstra o aumento da produtividade e redução dos empregados, ao longo dos anos:

Data da Última Atualização: 16/03/98

Referência do Quadro: 

## 5 - INDUSTRIAL

### 5.6) Produtividade x Número de Empregados



A terceira fábrica (C) gerou apenas 173 empregos, entre diretos e indiretos. Mas nem isso impediu uma nova onda de demissões, em dezembro de 2002, após ter sido firmado o Acordo Coletivo entre a empresa e o Sinticel, o sindicato dos trabalhadores na indústria de celulose. Numa nota publicada no Jornal *A Gazeta* de dezembro de 2002, o Sinticel declara que “vem repudiar o processo de demissão que a Aracruz Celulose desencadeou após o fechamento do Acordo Coletivo, no início de dezembro. Vários trabalhadores foram demitidos nas áreas de Secagem, Digestor e Caldeira”.

O Sinticel mostra que a empresa passou a produzir mais com menos trabalhadores:

*“Apesar do aumento da produção e das exportações e da garantia de lucro com a alta do dólar, a política da empresa tem sido reduzir os postos de trabalho. Setores como a Manutenção, Limpeza, Vigilância, Transporte e algumas áreas administrativas são alvo de um violento processo de terceirização, sem a garantia de absorção da mão-de-obra dispensada pela fábrica. Os que conseguem ser aproveitados pelas empreiteiras ficam sujeitos a condições péssimas de trabalho e salário reduzido”.* (Jornal *A Gazeta*, 2002).

Os trabalhadores que ‘sobrevivem’ a este processo de modernização entram em estado de ‘pânico’, temendo perder também seus empregos, conforme declara um trabalhador que desde

1980 atua na área industrial da Aracruz. Segundo ele, a frase “*se não estiver satisfeito, tem um monte querendo seu lugar*” era e é constantemente usada por supervisores e coordenadores das áreas. A redução dos postos de trabalho é justificada com a seguinte afirmação: “*ele sozinho dava conta do serviço*”. Vale destacar também que, nos últimos doze anos, os trabalhadores não obtiveram ganho salarial significativo decorrente do aumento da produtividade.

Além disso, os entrevistados revelam que se intensificou o controle interno para que os trabalhadores se dediquem ao máximo a sua tarefa específica no processo de produção. Hoje, o acesso do trabalhador de um a outro departamento da área industrial, por exemplo, que anteriormente era permitido, só acontece com autorização prévia, e fica registrado no seu ‘crachá’. Este sistema eletrônico de controle permite que a empresa vigie, por completo, cada trabalhador e seus deslocamentos dentro da área industrial. Isso significa também que fica mais difícil que os trabalhadores socializem os problemas enfrentados.

#### **O processo de construção de uma fábrica de celulose: o caso Veracel**

Uma fábrica de celulose altera profundamente a micro-região onde é instalada. Apesar da geração dos tais “milhares” de empregos, o processo de construção gera uma série de problemas que afetam principalmente as populações tradicionais. As fábricas da Aracruz Celulose construídas em território da aldeia indígena de Macacos, atraiu uma grande quantidade de trabalhadores de outras regiões e estados. Isso acarretou muitos transtornos para o bairro vizinho chamado Barra do Riacho, que era basicamente um bairro pescadores, e que se situa a um quilômetro da fábrica. Este bairro passou de 900 para 10.000 habitantes. Até hoje, a Vila sofre as conseqüências: altos índices de desemprego, prostituição infantil e tráfico de drogas.

Em 2003, iniciou-se a construção da nova fábrica da Veracel Celulose em Eunápolis, na Bahia. Em 2004, a CUT do Extremo Sul da Bahia apresentou à empresa uma lista de reivindicações dos trabalhadores do canteiro de obras. A lista continha doze exigências, entre elas, um reajuste salarial de 20%, fim das contratações temporárias que livra as empresas de obrigações trabalhistas, e alimentação gratuita e de qualidade. Mesmo com o apelo da CUT, os trabalhadores entraram em greve e após vários dias, cercados e vigiados por centenas de policiais chamados pela Veracel, os trabalhadores entraram em acordo com as empresas envolvidas na construção.

O Centro de Pesquisas e Estudos para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Cepedes), uma ONG, está realizando um estudo sobre os impactos da construção da fábrica nas comunidades vizinhas. A pesquisa está analisando questões como a situação de quem não conseguiu trabalho, a prostituição e a situação geral dos trabalhadores. Mesmo sem pesquisa, numa visita rápida a essas comunidades, é possível constatar os altos índices de pobreza, desemprego, analfabetismo, entre outros problemas.

## 5. Terceirização e degradação das condições de trabalho

### 5.1 O processo de terceirização

A terceirização é o mecanismo pelo qual uma empresa transfere para outra as atividades não essenciais aos seus objetivos empresariais. Significa que a empresa não pode transferir atividades que fazem parte do seu contrato social, ou seja, ela pode terceirizar apenas ‘atividades-meio’ e não as ‘atividades-fim’ (MPT-Minas Gerais, 2002).

O principal motivo da terceirização é possibilitar que a empresa se especialize na realização da sua própria atividade. A terceirização se efetua quando se realiza o contrato entre duas empresas, em que uma prestará um serviço (de atividade-meio) para a outra. Em nenhum momento este contrato pode servir como mecanismo para reduzir salários e/ou direitos dos trabalhadores. Se isso acontecer,

*“está-se diante da terceirização fraudulenta, em que o instituto negocial busca substituir, pela maquiagem da forma, o conteúdo trabalhista da relação existente entre o empregado e o empregador, com a interposta prestando, de fato, o serviço de biombo da ilegalidade”.* (MPT-Minas Gerais, 2002).

Mesmo assim, muitos acham que a terceirização é um fenômeno tipicamente econômico, do qual a Justiça do Trabalho deve se manter distante. Conforme o Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais, “...o próprio Judiciário entende de outra forma, o que se observa das várias decisões preferidas em situações específicas de terceirização ilegal.”

Em Minas Gerais, mais de quarenta empresas que plantam eucalipto estão sendo processadas desde 2002 pelo Ministério Público do Trabalho por estarem praticando a terceirização ilegal, já que o plantio de eucalipto, terceirizado por essas empresas, é claramente uma ‘atividade-fim’ e não uma ‘atividade-meio’. O fato de não existir uma atuação semelhante no Espírito Santo, mostra o quão controversa é essa questão no meio judicial..

### 5.2 Terceirização na Aracruz Celulose

Conforme o depoimento de um trabalhador da Aracruz, que desde 1980 atua na Manutenção Mecânica, a empresa possuía naquela época cerca de 9 000 trabalhadores diretos, entre as plantações e a fábrica. Ele afirma que até o início da década de 90, o tempo era de crescimento profissional e de ganhos econômicos para os trabalhadores. Segundo ele, os trabalhadores tinham orgulho de “vestir a camisa” da Aracruz.

A partir de 1991, quando a segunda fábrica (B) entrou em operação, começaram as mudanças radicais que visavam a adequação da empresa aos novos modelos de produção. Os resultados foram demissão e terceirização em massa, além da fusão entre a Aracruz Celulose e a Aracruz Florestal. Em poucos anos, cerca de 6 000 postos de trabalho foram eliminados, o que causou um sério impacto social, sentido até hoje por muitos ex-trabalhadores e suas famílias, que ainda moram na região.

As áreas terceirizadas foram as de Manutenção Civil (pedreiros, carpinteiros, pintores, armadores, jatistas e seus ajudantes), Administração, Vigilância Patrimonial, Manutenção Elétrica

e Instrumental, e Empilhamento. Também as plantações foram terceirizadas (brigadas de plantio, capina química, incêndio e ajudantes, trabalhadores no viveiro).

Os trabalhadores que conseguiram ser recontratados perderam o plano de saúde, o transporte piorou e a carga horária aumentou. Após alguns anos, o salário era em média apenas um terço daquilo que recebiam inicialmente. Algumas empreiteiras usavam como referência o piso salarial dos trabalhadores da Manutenção Mecânica, que desde o início eram terceirizados.

Um ex-dirigente do Sintral afirma:

*“Eu me lembro muito bem a terceirização da Aracruz Florestal; na época foram jogados para a rua esta quantidade de trabalhadores porque na época não existia máquina de cortar eucalipto, era tudo através de motosserristas e aí com esta terceirização colocou empreiteiras e as máquinas de corte, e nas terceiras eles não pagam um salário atuante...”*

Parte dos demitidos com problemas de saúde recorreram ao sindicato para intervenção junto à empresa. De acordo com as declarações de um ex-sindicalista, na maioria dos casos a empresa não se sensibilizava e se limitava a estender a assistência médica por um breve período, que variava de dois a quatro meses.

## 6. Sindicatos: organização e desmantelamento

São muitos os sindicatos que representam as diversas categorias de trabalhadores que atuam na Aracruz Celulose ou nas suas empreiteiras. Ouvimos alguns ex-dirigentes de dois dos principais sindicatos: o Sinticel e o Sintral.

### 6.1 O Sinticel

O principal sindicato, que sempre atuou na indústria de celulose da Aracruz, é o Sinticel. Em 1978 foi lançado o embrião da Associação que passou a representar os trabalhadores na indústria. O Diretor Industrial da empresa na época, estimulava a organização dos trabalhadores, pois entendia que isso era importante, além de ser parte da cultura do seu país de origem, a Grã-Bretanha, onde existiam sindicatos bem estruturados. Já nessa época, vários gerentes de áreas específicas apoiaram os trabalhadores, enquanto outros, incluindo Carlos Augusto de Aguiar, o atual Diretor-Presidente da empresa, não os apoiaram.

O Sinticel foi criado em 1979 como *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Celulose, Pasta de Madeira para Papel, Papelão e Cortiça de Aracruz*. Mas só em 1983 o Ministério do Trabalho assinou a carta sindical. Nessa época, os trabalhadores confiavam no sindicato e questões relacionadas à insalubridade, periculosidade e jornada de trabalho estavam sempre na pauta do dia. Algumas conquistas do primeiro período de luta do Sindicato foram (i) transporte para os trabalhadores vindos da Grande-Vitória; (ii) a redução da jornada de trabalho para quarenta horas; (iii) a ampliação da assistência médica e odontológica; (iv) o pagamento de horas extras acima do que a lei determinava.

Em 1985, houve a primeira tentativa frustrada de greve e, ao mesmo tempo, o início da articulação da empresa contra o sindicato, conforme depoimento de um ex-sindicalista. No mesmo ano, os primeiros processos de insalubridade e periculosidade foram protocolados na justiça. A empresa se negava a discutir a questão por entender que o trabalho não oferecia riscos à saúde do trabalhador. Um dos primeiros processos foi concluído somente em janeiro de 2001, quando 656 trabalhadores foram beneficiados. Em 1986 foi deflagrada a primeira greve e, ao mesmo tempo, a maior manifestação até hoje feita pelos trabalhadores, que ficaram por nove dias acampados em frente à fábrica.

As principais conquistas dos trabalhadores se deram até o início dos anos 1990. A partir de então, só foi possível repor as perdas salariais e garantir eventuais abonos salariais. Após 1994, por força de lei, a empresa começou a negociar a participação nos lucros e resultados. Mas já em 1998 foram retiradas várias conquistas históricas da classe trabalhadora, o que ocorreu em todas as categorias de trabalhadores. Entre essas perdas está a redução de 50% para 20% da remuneração extra pelas primeiras duas horas dadas além da jornada de trabalho, e restrições na assistência médica e odontológica.

O trabalho de desmobilização do sindicato coincide com o processo de demissão em massa na década de 90. Nesse período, o processo brutal de terceirização fragilizou a base de sustentação do sindicato. Em alguns casos de trabalhadores com problemas de saúde muito graves, o sindicato, através de ações judiciais, conseguiu reintegrar o trabalhador demitido aos quadros da empresa com todos seus direitos restabelecidos. Mas foram poucos os casos se comparados ao montante de demissões. Nesse período, aconteceram algumas paralisações nas portas da empresa. Apesar da desmobilização, o sindicato conseguiu ampliar sua base para outras categorias afins. Começou então a se chamar *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Celulose, Pasta de Madeira para Papel, Papelão, Cortiça, Químicas, Eletroquímicas, Farmacêuticas e Similares no Estado do Espírito Santo*.

A grande mudança veio em 2003, quando uma nova diretoria assumiu o sindicato, após um processo eleitoral que ainda está sendo contestado na justiça. A nova diretoria, segundo declarações de um ex-sindicalista, se caracteriza pela parceria com a empresa. Ele afirma que hoje o sindicato não adota mais a estratégia de mover processos judiciais contra a empresa, e a Aracruz já se livrou de um dos processos coletivos de insalubridade que corria há muitos anos. Em vez da justiça, busca-se agora a via de negociação, uma forma mais frágil para garantir os direitos dos trabalhadores. Enquanto no passado, alguns diretores do sindicato foram até processados criminalmente, hoje essa relação mudou completamente.

Vale lembrar ainda que foram demitidos, recentemente, cinco ex-diretores do Sinticel: Jorge de Oliveira, Manoel Carlos Gomes, Orlando Monteiro, Silvério Scarpatti e Luiz Alberto Soares Loureiro. A perseguição de diretores sindicais sempre foi uma prática da Aracruz. Mas se no passado, o próprio sindicato buscava garantir a reintegração dos seus (ex-)dirigentes, hoje ele não oferece mais apoio para seus associados.

## 6.2 O Sintral

O sindicato para os trabalhadores ativos na área de plantações no Norte do Espírito Santo é o Sintral, fundado em 1988, com o apoio de várias entidades, principalmente da FASE-ES e da

Comissão Pastoral da Terra (CPT), além da Igreja Católica. A partir daí aconteceram “...sucessivas greves, em 1991 nas Florestas Rio Doce, na Aracruz em 92...”, conforme declara um ex-diretor do sindicato. A principal reivindicação era salarial e os trabalhadores é que decidiam entrar ou não em greve. Os diretores do sindicato não tinham muita experiência, mas estavam “...com muita vontade de lutar, foi muito bom”. Nos primeiros anos do Sintral, houve uma relação forte entre o trabalhador e o sindicato. Um ex-diretor do Sintral afirma que “A confiança era construída no dia a dia”.

A situação mudou completamente com a terceirização que fragilizou o sindicato e os trabalhadores. Quando conseguiam algum benefício com uma greve, “a empresa reagia de forma a abafar aquilo ali, ela tirava o benefício através da terceirização”. Ao mesmo tempo, a empresa começou a propor parcerias, “...e alguns diretores começaram a achar interessante...”, diz um ex-diretor.

O resultado desse processo foi a redução significativa do número de associados do sindicato. Mas, ao mesmo tempo, foi criada a ‘taxa administrativa’ em que o empregado já entra numa empresa terceirizada como associado do sindicato, e é descontado um percentual do salário. Um trabalhador terceirizado da Plantar afirma que nos dois anos do seu contrato “nunca vi um diretor do Sintral”, apesar do desconto mensal da ‘taxa administrativa’. Afirma também não saber nem “onde fica a sede do sindicato; há um médico para os trabalhadores, mas não sei dizer se este foi contratado pelo sindicato ou pela empresa”.

Há um distanciamento grande entre o Sintral e os trabalhadores a ele associados. Um trabalhador da Plantar diz: “a gente contribui, mas eu não conheço o sindicato, e eles não estão nem aí para nossa situação”. Um ex-diretor do sindicato denuncia que “..hoje a Aracruz é quem manda e banca o sindicato, e a categoria está abandonada...”. Ele inclusive levanta suspeitas sobre um processo coletivo, no qual o sindicato descontou 10% do valor que cada trabalhador ia receber e quando os trabalhadores questionaram o desconto, a direção do sindicato alegou que era determinação da Justiça do Trabalho e que não poderia fazer nada. Segundo um ex-diretor, hoje não existem mais novos processos coletivos, apenas os individuais, porque nesses casos o sindicato é obrigado a agir. Um ex-diretor resume que “o sindicato não vai mais ao campo falar alguma coisa, acabou”. E assim acabou-se também a relação de confiança que existia antes entre os trabalhadores e os dirigentes sindicais.

## **7. Ex-trabalhadores: acidentes e doenças de trabalho nas plantações**

### *7.1 Os mutilados demitidos*

Nos anos de 1980, a Aracruz Celulose ainda mantinha cerca de 9 000 empregados, conforme esclarece um ex-sindicalista entrevistado. A maior parte desses trabalhadores atuava nas plantações e a maioria foi demitida pelos processos de terceirização e modernização. No grupo dos demitidos que não foram contratados pelas empreiteiras, estavam trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho e/ou que contraíram doenças ocupacionais. Na realidade, o processo de demissão foi a

oportunidade para a Aracruz se livrar daqueles trabalhadores que já não conseguiam mais alcançar uma produtividade desejada pela empresa.

A partir da análise dos casos de 33 ex-trabalhadores, cujas histórias foram registrada num dossiê elaborado pelo *Movimento dos Mutilados da Aracruz Celulose*<sup>4</sup>, consegue-se ter uma noção dos tipos de acidentes e doenças ocupacionais comuns naquela época, entre os trabalhadores:

- acidentes/doenças em função do transporte: o transporte na década de 80 era feito por caminhões, que tinham tábuas de madeira como assentos; as estradas tinham muitos buracos e os constantes solavancos causaram problemas de coluna nos trabalhadores.

- acidentes de trabalho em função do plantio de eucalipto e capina: os trabalhos de plantio, adubação e capina eram manuais e as pessoas tinham que carregar caixas com mudas e produtos químicos, pesando mais de 40 quilos, o que causava problemas na coluna cervical.

- acidentes/doenças em função da aplicação de agrotóxicos: a monocultura do eucalipto exige a aplicação freqüente de agrotóxicos, sobretudo herbicidas e formicidas. A bomba utilizada para aplicação desses produtos pesa, em média, 20 quilos e é carregada pelo trabalhador nas costas, causando também problemas na coluna. Além disso, a exposição prolongada ao agrotóxico causa dores de cabeça, vômitos, dores na boca e no estômago, unhas fofas, risco de cegueira, entre outros males. Vale ressaltar que naqueles anos o risco era ainda maior, porque era usada apenas uma máscara para proteger o trabalhador. Não havia ainda o Equipamento de Proteção Individual (EPI), obrigatório hoje. Além disso, os trabalhadores não recebiam nenhum tipo de treinamento para lidar com o veneno.

- acidentes com o corte de eucalipto: aconteciam quedas de árvores em cima dos trabalhadores, além de acidentes por causa do manuseio da motosserra como perdas de dedos, de pé, além de cortes no corpo e rosto.

- doenças em função da manutenção de equipamentos e máquinas: a manutenção e reabastecimento da motosserra, realizado por cada motosserrista sem nenhuma proteção, causava irritação nos olhos e até cegueira, e também uma doença chamada leucopenia – a diminuição da taxa de glóbulos brancos no sangue. Essa doença ocorre também nas pessoas que aplicam agrotóxicos sem proteção ou que manuseiam lubrificantes na manutenção de máquinas florestais.

- acidentes/doenças por causa da limpeza do terreno: o recolhimento dos troncos de eucalipto tanto podia provocar acidentes como problemas na coluna.

Ao analisarmos os 33 casos, chama a atenção que:

- o registro dos acidentes de trabalho não fosse prática comum;

<sup>4</sup> Este Movimento surgiu em 2004 quando dezenas de ex-trabalhadores da Aracruz Celulose em São Mateus, com graves problemas de saúde, se mobilizaram em torno de um companheiro que estava sendo processado pela Aracruz. Ele tinha chamado a empresa de “assassina” durante a Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, em Brasília, no mês de maio de 2003, depois que ele viu vários colegas morrerem em função de problemas de saúde contraídos quando trabalhavam na Aracruz Celulose. Até hoje, a grande maioria desses ex-trabalhadores não receberam nenhum tipo de indenização. O Movimento inclui também viúvas de ex-trabalhadores da Aracruz. Todas essas pessoas que estão em busca dos seus direitos, violados pela Aracruz Celulose, reclamam também da omissão do Estado.

- os laudos de médicos especialistas comprovando a existência de doenças ocupacionais não fossem aceitos pelo serviço médico da Aracruz Celulose;

- os trabalhadores mutilados por acidentes de trabalho fossem todos demitidos e, hoje, a grande maioria continue desempregada, sem aposentadoria, e sobreviva com a ajuda de parentes e vizinhos.

Esses trabalhadores enfrentam muitas dificuldades para buscar seus direitos através da Justiça. Primeiro, o sindicato da categoria, o Sintral, não lhes deu apoio nem orientação quando os mesmos começaram a reivindicar seus direitos, em meados dos anos de 1990. Em segundo lugar, a partir de uma análise dos processos judiciais civis e trabalhistas contra a Aracruz Celulose nos fóruns dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, conclui-se que:

*“A Aracruz Celulose (...) utiliza-se de todos os recursos judiciais disponíveis para procrastinar os processos judiciais movidos contra ela, o que está a demonstrar a sua total falta de comprometimento com os direitos (sociais e civis) de seus funcionários”. (Relatório sobre os processos judiciais civis e trabalhistas contra o grupo Aracruz Celulose no Estado do Espírito Santo, FASE: 2003).*

Conforme declara um ex-sindicalista, *“a Aracruz nunca se interessou por seus ex-trabalhadores”*. Mas nestes casos se trataria, antes de tudo, de um *dever, obrigação* que tem uma empresa do porte da Aracruz Celulose de indenizar todos aqueles que foram mutilados enquanto davam sua força de trabalho e seu suor para a implantação e expansão da empresa, e que hoje vivem numa situação de total miséria e abandono.

## 7.2 A situação atual dos trabalhadores do campo nas empresas terceirizadas

Atualmente, as doenças e acidentes de trabalho ocorrem com menor intensidade, já que várias atividades manuais, principalmente o trabalho de motosserrista, são cada vez mais escassas. O principal problema de saúde dos trabalhadores no campo continua sendo a aplicação de agrotóxicos, apesar das afirmações das empresas terceirizadas de que, utilizando-se os equipamentos de proteção individual, não há perigos para a saúde do trabalhador.

Na prática, os problemas continuam, conforme alerta um trabalhador da Plantar que, mesmo doente, continua prestando serviços para a Bahia-Sul Celulose:

*“Eles forneciam um macacão de pano, luva de borracha, botina e máscara, mas ninguém agüentava usar as máscaras pois com o calor o trabalhador tinha sensação de sufocamento e era então orientado a portar a máscara pendurada no pescoço e colocar no rosto assim que chegasse um fiscal [da Bahia-Sul] mesmo que depois lá dentro do eucalipto o trabalhador tirasse”*.

Impressiona o fato de que o encarregado não exigisse o uso constante do equipamento: *“Ele só reclamava quando o trabalhador não estava com a máscara pendurada no pescoço, para que na hora que a chefia chegasse a gente deveria usar rapidinho”*. Outro problema que este trabalhador comenta é que as bombas com agrotóxicos vazavam nas costas. Mas o encarregado dizia que os trabalhadores tinham que usar, mesmo que não oferecesse proteção. O trabalhador reclama também que as botas de couro, que eram comuns até pouco tempo, e luvas de borracha tampouco protegiam suficientemente.

Um ex-trabalhador de 59 anos trabalhou na empresa terceirizada Plantar durante quatorze meses entre 2000 e 2001, aplicando agrotóxicos. Apesar de utilizar um equipamento individual de

proteção com máscara, roupa, luvas e botas, ele sofreu o primeiro desmaio no campo após quatro meses. “...Aí, meu amigo me puxou pra sombra, pegou um chapéu, ficou me abanando até que uns dez minutos eu recuperei outra vez. Aí trabalhei a tarde toda. Passaram uns dois, três meses e outra vez eu dei outro desmaio...” (Entrevista em 27-10-2002, Conceição da Barra). A partir daí, ele começou a ficar doente e, ao reclamar com o encarregado, foi demitido: “..Porque eu mesmo reclamei a um que comandava o campo, que eu estava doente, eu reclamei a ele hoje, no outro dia, o aviso veio e está acabado. Só que eu não assinei. Mas só que o Jânio quem assinou. Bateu o carimbo e ele mesmo assinou”. Esse trabalhador foi demitido mesmo contra sua vontade. Até hoje, ele luta por seus direitos na justiça.

Este ex-trabalhador conta também o caso de um colega que morreu no campo:

*“Junio trabalhava no mesmo setor que eu trabalhava e reclamou com os amigos que estava passando mal. Na hora de almoço ele não quis almoçar, não almoçou. Deu hora de pegar o trabalho. Pegaram no trabalho e foram trabalhar. Aí eles usam botar o nome da pessoa na carreira que pega. Quando deu 4h40, que é o horário que pára lá no campo, pararam, guardaram as bombas. Quando saíram na estrada, o amigo que viajava com ele deu falta e disse: cadê Junio? Junio não está aqui. Isso já ia dar umas 5 horas. Que voltaram, que entraram na carreira, chegaram lá e ele estava caído, com a bomba nas costas”.*

Ao que parece, alguns trabalhadores têm mais resistência contra a aplicação de agrotóxicos que outros. O ex-trabalhador afirma o seguinte: “..Porque alguém suporta o veneno mas nem todo mundo.” E ao mesmo tempo, faz um alerta:

*“...Agora, ninguém sabe mais tarde, né, nem todo mundo suporta. Porque tem pessoas lá que teve o primeiro dia de serviço deu dois desmaios. Quer dizer que se deu dois desmaios no primeiro dia pode esquecer, não adianta insistir, né?...”.*

A ocorrência de mortes de trabalhadores da Plantar nas plantações da Aracruz Celulose levou, em 2002, o Ministério Público Federal do Trabalho (MPT) no Espírito Santo a instaurar um inquérito sob sigilo, que também incluiu o depoimento do ex-trabalhador da Plantar citado acima. O inquérito levou a um Termo de Ajustamento de Conduta, assinado pelo MPT e pela Plantar, obrigando a empresa a seguir uma série de procedimentos para assegurar a saúde e a segurança dos trabalhadores.

Um trabalhador da Plantar, que atualmente trabalha na empresa e aparentemente não sofre de problemas de saúde, afirma o seguinte: “...prefiro trabalhar na enxada do que bater agrotóxico...”. Ele diz que o trabalho com agrotóxicos nas chamadas ‘grotas’ é mais perigoso. Também gostaria de ter um outro serviço, mas ao mesmo tempo sente medo de perder o emprego atual, porque sabe o quão difícil é encontrar emprego. Trabalha numa turma com quarenta trabalhadores, mas doze não agüentaram o serviço. Alguns pediram demissão e outros foram demitidos pela Plantar.

Dois outros trabalhadores tiveram menos sorte e foram intoxicados em 2003, em São Gabriel da Palha, trabalhando para uma empresa terceirizada, a *Emflora*. Os dois trabalharam dez dias sem botas, macacão ou roupas especiais, apenas luvas – ainda assim esburacadas – batendo uma mistura de três agrotóxicos num novo plantio de eucalipto da Aracruz Celulose, numa fazenda com 78 hectares. Cada trabalhador ia ganhar cerca de 280 reais para o serviço. Depois de alguns dias começaram a sentir dor de cabeça, tonteadas, tremedeiras e dor de barriga. Quando denunciaram o caso na imprensa, a empresa legalizou imediatamente a situação trabalhista, assinando a carteira

desses trabalhadores. Eles foram levados ao médico da empresa, que pediu que voltassem imediatamente ao trabalho, afirmando que estavam bem e que iriam se acostumar ao trabalho com agrotóxicos. Na verdade, os dois estavam com leucopenia, o que foi constatado por exames realizados na capital do estado, Vitória.



**Foto 2: fazenda em São Gabriel da Palha onde os dois trabalhadores da Emflora foram intoxicados**

Hoje, um ano depois do ocorrido, esses trabalhadores continuam sentindo dores de cabeça. Um deles está processando a Emflora por danos corporais. O caso mostra, mais uma vez, como, na prática, a terceirização pode levar à precarização das condições de trabalho. Quem se livra dos processos e da responsabilidade é a Aracruz Celulose e, enquanto os trabalhadores continuam colocando em risco a saúde e a própria vida sem garantia de seus direitos, os eucaliptais estão crescendo.

#### **Motoserristas continuam no Fomento Florestal**

Em todo o Estado do Espírito Santo, a Aracruz Celulose incentiva o fomento florestal, isto é, o plantio de eucalipto em propriedades de terceiros, geralmente produtores rurais. A partir de um contrato com a empresa, eles reservam uma parte, ou toda sua propriedade, para o plantio do eucalipto. Este recurso permite o aumento da produção de matéria-prima sem que a empresa precise adquirir mais terras. Além de livrar a Aracruz de arcar com as obrigações trabalhistas, esta “terceirização” garante a expansão da monocultura de eucalipto em áreas que a empresa jamais se arriscaria por causa das condições e/ou declividade do solo.

Esta prática estende-se sobretudo à região serrana capixaba, onde os agricultores plantam eucalipto em áreas de alta declividade e difícil acesso, nas quais é muito complicada a utilização de recursos agrícolas alternativos. O corte de eucalipto e a árdua tarefa de retirada das árvores são feitos por motoserristas contratados pelos agricultores.

No ano de 2003, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) do Estado de Minas Gerais denunciou que trabalhadores, iludidos por falsas promessas, estavam sendo recrutados no Estado para áreas de fomento Florestal em Marechal Floriano, município serrano do Espírito Santo. Uma fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) do Espírito Santo, ainda em 2003, comprovou as condições degradantes de trabalho em áreas de corte de eucalipto de fomento da Aracruz Celulose.

## Parte II: Emprego e trabalho nas comunidades vizinhas da Aracruz: destruição de trabalho e busca de alternativas

---

### 1. A situação de emprego e trabalho nas comunidades vizinhas

Na década de 1970, a expansão demográfica foi maior no município de Aracruz do que em outras regiões do estado, apresentando o índice de 36,3%. Muita gente foi atraída pela promessa da Aracruz Celulose de gerar muitos empregos. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), produzido em 1989 para o projeto de ampliação da Aracruz Celulose, esta expansão se deu porque “o processo de reflorestamento abriu possibilidade de fixação, em sua origem, de mão-de-obra na região, além de atrair trabalhadores de outras, à procura da expressiva quantidade de empregos permanentes proporcionados pela silvicultura”.

O Relatório, porém, não explicita o que viria a ser essa “expressiva quantidade”. Além disso, o que o RIMA e outros documentos oficiais omitem é que, na chegada da Aracruz Celulose ao Norte do Espírito Santo, a empresa invadiu terras de duas populações tradicionais: os povos indígenas Tupinikim e Guarani e as comunidades quilombolas. A maioria das famílias dessas populações foi expulsa, assim como os pequenos agricultores, que foram literalmente expulsos ou perderam seu sustento, como aconteceu na comunidade da Vila do Riacho, em Aracruz.

Moradores mais antigos dessas comunidades contam como eram as condições de trabalho e emprego antes da chegada da Aracruz Celulose, e o que mudou depois do plantio de eucalipto.

#### *Comunidades indígenas*

Quando a Aracruz Celulose chegou no município de Aracruz, o Sr. Antônio dos Santos, 65 anos, índio Tupinikim e ex-cacique da aldeia de Pau-Brasil, morava na aldeia de Cantagalo, uma entre as mais de trinta aldeias indígenas que foram extintas com a chegada da empresa. Na época, sua comunidade tinha cerca de vinte famílias. O Sr. Antônio conta que todos os homens e mulheres em Cantagalo trabalhavam, ainda que ninguém tivesse emprego formal. As principais formas de trabalho na comunidade eram o trabalho na roça (plantando, roçando e colhendo café, milho, banana etc.); o trabalho doméstico (limpeza de casa, preparo da alimentação, cuidado com as roupas, a saúde e a educação dos filhos); os mutirões entre famílias para a colheita e construção de casas; a caça e a pesca e a fabricação e confecção de artesanatos como gamelas, remos e peneiras.

Depois da chegada da Aracruz, o Sr. Antônio trabalhou durante nove anos para a empresa plantando eucalipto, mas saiu, segundo ele “*porque eu quis*”. Foi morar na aldeia de Pau Brasil e se juntou a outros índios Tupinikim na luta pela recuperação de suas terras, invadidas pela Aracruz. Mais tarde, muitos índios foram demitidos no processo de mecanização e terceirização.

Diversas atividades tradicionais de trabalho foram inviabilizadas com a chegada da Aracruz que destruiu, direta e indiretamente, os recursos naturais dos quais dependiam essas atividades, como a mata atlântica, os rios e os córregos. Hoje, apenas as roças e as plantações de eucalipto, ‘herdadas’ da Aracruz na última luta pela terra, em 1998, são as principais fontes de emprego dentro das áreas indígenas. Mas esses empregos são insuficientes para a quantidade de índios. É por isso que a falta de emprego é apontada como um dos principais problemas das comunidades indígenas.

Em busca de alternativas, 84 das cerca de 400 famílias indígenas no município de Aracruz vivem da fabricação e venda do carvão produzido a partir da coleta dos resíduos de eucalipto (troncos e galhos), restos do corte das toras. Apesar de, no ano de 2002, ter assinado um acordo com as comunidades indígenas, no qual prometia garantir a ‘empregabilidade’ dos índios, a Aracruz Celulose proibiu, em outubro de 2004, a coleta desses resíduos, principal fonte de sobrevivência daquelas famílias. Elas protestaram cortando árvores de eucalipto. A alegação para não ceder mais os resíduos foi a de que essa prática poderia trazer-lhe problemas de ordem trabalhistas. No entanto, é sabido que a empresa já dispõe de uma máquina que tritura os troncos e galhos de madeira, para reduzir os custos na adubação das plantações. Ao que parece, não é importante para a Aracruz o fato de que esta proibição se traduz em fome para muitas famílias.

#### **A questão do carvão**

A fabricação do carvão no ES destina-se, sobretudo, a abastecer com esta fonte energética as siderúrgicas que existem no Estado. Antes mesmo da chegada do eucalipto, essa já era uma prática corrente, quando então se usava a mata nativa como matéria-prima. Com a implantação em larga escala da monocultura do eucalipto no Espírito Santo, surge uma nova e abundante fonte de matéria-prima, já que a mata nativa estava ficando cada vez mais escassa.

As famílias que trabalham na fabricação de carvão de eucalipto sempre foram exploradas pelos chamados “gatos” que vêm a ser pequenas empresas que fazem acordo com empresas de eucalipto, como a Aracruz, para terceirizar a limpeza das plantações após o corte. As condições de trabalho dos carvoeiros são precárias e é muito comum nesse meio a exploração do trabalho infantil. Tudo isso resulta na crescente degradação das relações e condições de trabalho, que vem acontecendo há anos nas áreas onde atuam as empresas do setor.

Muitas vezes, a única alternativa de sobrevivência para famílias de sem-terra acampadas ao lado das plantações de eucalipto é a coleta dos resíduos e a fabricação de carvão. A exemplo dos índios e de outras comunidades, essas famílias têm buscado se organizar, para não dependerem mais dos “gatos”.

#### *Comunidades quilombolas*

Antes da chegada da Aracruz Celulose em São Mateus e Conceição da Barra viviam cerca de 10 000 famílias de comunidades remanescentes de quilombos nas áreas rurais desses municípios. Viviam de forma semelhante aos índios Tupinikim e Guarani. Segundo o Sr. Cloves dos Santos, 65

anos, morador nascido em Córrego do Santana, “o sustento era tirado da roça; farinha, banana, de tudo dava...”. E complementa “passava fome nada, se a gente se via com fome ‘pocava’ pro mato e todo mundo tinha comida, pescava, trocava mercadorias”. Na época o dinheiro era pouco, mas a troca de produtos era constante. Segundo Sr. Cloves: “Sim, trocava, um ajudava o outro a trabalhar...”.

O produto mais tradicional e, também o principal, era a farinha de mandioca, utilizada para preparar o tradicional “biju”, um alimento à base de farinha e coco. O Sr. Humberto, outro morador antigo da região, comenta que “Tinha um comprador de farinha que chegava, jogava farinha assim a granel. Quando chegava o caminhão era 1 000, 3 000 sacos de farinha. Agora vem tudo empacotado. Antigamente saía daqui para Vitória [capital do Espírito Santo], agora está vindo de lá para cá”.

Segundo o Sr. Cloves, a Aracruz dava muito emprego quando chegou, “mas depois que o eucalipto se fez, ela mandou o pessoal todo embora. Eu trabalhei 15 anos na Aracruz Florestal..”. Enquanto trabalhou na Aracruz, de 1979 a 1994, o Sr. Cloves aplicava veneno nas plantações, o que lhe causou os problemas de saúde que enfrenta até hoje. Por causa do veneno que respingou em seu olho, ele sofre com problemas de vista e, além disso, tem problemas na coluna cervical, em função de ter carregado nas costas, durante aquele tempo, a bomba cheia de agrotóxico, que chegava a pesar mais de vinte quilos.

Hoje em dia, Sr. Cloves vive da sua terra, plantando feijão, milho e mandioca para fazer farinha, apesar dos problemas nos olhos e na coluna cervical. Ele avalia a chegada da Aracruz na região:

*“...melhorou por um lado, tinha emprego perto, muita gente trabalhou, mas piorou para outro, acabou com a terra, expulsou as famílias para as cidades e que hoje vivem em favelas (...) Eles prometiam empregos para todos e seus descendentes e eles trabalharam, perderam sua saúde e foram para rua, com diversos problemas de saúde, vistas, colunas, mutilações”.*

Distribuídas em 35 comunidades há 1500 famílias remanescentes de quilombolas que sobrevivem hoje em meio aos eucaliptais. Para centenas dessas famílias, cuja pequena porção de terra que têm já não produz com antes, a única forma de trabalho possível é a fabricação e a venda de carvão dos restos dos eucaliptos coletados nas extensas áreas de plantio da Aracruz. Este é o caso dos índios Tupinikim e Guarani.

Essas famílias sofrem ainda com a perseguição da empresa Visel, que, com sua milícia armada, cuida da segurança das plantações da Aracruz. Tal perseguição é praticada também pela Polícia Militar que, em vez de estar a serviço da população, que paga seus salários através dos impostos, defende, na verdade, os interesses da empresa. Em 2003, seis quilombolas foram presos quando catavam resíduos de uma plantação da Aracruz, numa ação conjunta da Polícia Militar com a Visel. Posteriormente, foi fundada uma associação de quilombolas catadores de resíduos que conseguiu firmar um acordo com a Aracruz no sentido de garantir a coleta. Mesmo contra a vontade da empresa, os quilombolas continuam catando os resíduos e enfrentando incidentes, que ainda acontecem de tempos em tempos, entre a população local, a Visel a Polícia Militar. Organizados, eles estão dispostos a continuar enfrentando a empresa para garantir essa fonte de sobrevivência que, para muitos, foi a única que restou.

### *A comunidade de Vila do Riacho*

Vila do riacho é uma comunidade centenária do município de Aracruz e tem cerca de 5 000 habitantes. Segundo o depoimento de um de seus mais antigos moradores, o Sr. Luís Lopes Vieira, de 71 anos, antes da chegada da Aracruz Celulose, a região era bem habitada onde “todo mundo tinha trabalho, plantava mandioca, feijão, café, cana-de-açúcar, muitas frutas: banana prata, banana de terra, (...) muitos criavam gado e pescavam” Complementa ainda que “dinheiro a gente não tinha, mas comida e trabalho não faltavam (...) a gente comia capivara, paca e peixe nem se fala”. Também tinham costume de fazer alguns artesanatos como cestas, balaies e esteiras.

Quando a Aracruz Celulose chegou, muita gente vendeu suas terras, como foi o caso do pai do Sr. Nilton Amâncio Almeida, 59 anos. Ele costumava caçar e pescar e depois que vendeu suas terras, foi para a cidade de Aracruz. “*Lá, ele ficou todo ‘jururu’, nunca mais voltou a ser o mesmo; ele morreu aos 62 anos*”.

Já o Sr. Luis encontrou trabalho com a chegada da Aracruz, inicialmente como tratorista na construção da primeira fábrica de celulose e depois no campo, trabalhando na derrubada da floresta nativa: “era um trabalho muito sofrido, não tinha sol ou chuva”. Quando sua família quis ir para a cidade, ele pediu demissão. Assim como ele, muita gente na Vila do Riacho trabalhou na Aracruz. Segundo Dona Glória, de 52 anos, “a Aracruz Florestal tirava quatro caminhões de peões daqui”.

Hoje, a Vila do Riacho é uma comunidade cercada pelo eucalipto, onde, segundo o Sr. Luís, “não se pode pegar um fechinho de lenha, porque a gente é chamada de ladrão”. Ele se refere à decisão da Aracruz Celulose de proibir a população de recolher resíduos das plantações, da mesma forma que fez com as comunidades indígenas e quilombolas. Em meados de 2004, moradores tiveram seus fornos para fazer o carvão destruídos, numa ação conjunta entre Visel, Polícia Militar e Polícia Ambiental. Outros foram presos ou tiveram seus instrumentos de trabalho apreendidos.

Tudo isso significa que muitas famílias em Vila do Riacho perderam sua principal fonte de sobrevivência. Segundo Sr. Luís, “quase ninguém trabalha na empresa”. Além disso, ele afirma que “a empresa boicota os moradores de Vila do Riacho, não deixa trabalhar lá e persegue quem quer trabalhar”. A maior oferta de emprego na Vila vem de uma fábrica de argamassa que atualmente emprega sessenta trabalhadores. A atividade tradicional de fazer artesanato praticamente acabou por falta de matéria-prima.

## **2. As mulheres e o eucalipto**

As mulheres indígenas, quilombolas e camponesas, que viviam junto a suas famílias e comunidades nos lugares tomados pela eucaliptocultura, tinham seu papel sócio-econômico bem definido. Conforme relata o Sr. Antônio dos Santos, da aldeia de PauBrasil, as mulheres indígenas tinham tarefas específicas. Elas produziam certos tipos de artesanato como peneiras, por exemplo, enquanto os homens faziam gamelas e remos. Junto com os homens, elas trabalhavam na roça, plantando e capinando, e também pescavam. As mulheres quilombolas, por exemplo, produziam o bijú – um alimento típico dessa população – para alimentar suas famílias e também para ser comercializado e gerar renda.

Com a chegada das plantações de eucalipto, as mulheres, como os demais moradores da região, vivenciaram as mudanças na organização de seu território e de seu lugar na comunidade; no que se produzia e como se produzia. O seu papel sócio-econômico dentro da família e da comunidade sofreu alterações e várias dessas mulheres, depois de perderem suas terras, se viram obrigadas a buscar um outro espaço para morar e trabalhar. Migraram com seus filhos e parentes para regiões urbanas, próximas ao local onde viviam, como é o caso de muitas famílias que se deslocaram para as cidades de São Mateus e Aracruz. Outras buscaram a região metropolitana do estado, engrossando as favelas e, para continuarem cuidando das suas casas e de suas famílias, trocaram as atividades rurais pelas de empregadas domésticas, faxineiras ou lavadeiras de famílias de classe média e burguesa urbanas.

As mulheres que até hoje resistem no meio de eucalipto também continuam cuidando das suas casas, da sua família, mas, ao mesmo tempo, enfrentam mais dificuldades do que antes. Por exemplo os rios e córregos que eram utilizados para lavar a roupa, de onde se tirava a água para beber e no qual se pescava estão, em sua maioria contaminados.. Dessa forma, os membros da família, inclusive as mulheres, são forçados a se deslocarem para conseguir água potável. Dona Doralim Serafim dos Santos, quilombola, conta que *“aqui ninguém lava roupa neste córrego, pois a roupa fica amarela e encardida, no tempo que me criei a gente ia ‘fachiar’ peixe no córrego e a água estava limpinha”*.

Outro problema é a falta da mata nativa, fonte da matéria-prima necessária para fabricação do artesanato. Além disso, a contaminação do solo pelo uso de agrotóxicos nas plantações compromete o plantio de ervas medicinais realizado pelas mulheres. As ervas medicinais são muito utilizadas pelas populações tradicionais para prevenir e combater doenças. A falta de terra boa e suficiente complica também a articulação entre as tarefas domésticas e a produção agrícola. Hoje, as mulheres têm que percorrer longos caminhos para trabalhar em plantações de terceiros, na lavoura de café e cana-de-açúcar, por exemplo. Essas mulheres ficam mais sujeitas a acidentes de trabalho.

Vale acrescentar ainda que hoje, no estado do Espírito Santo, 26% das famílias, ou seja, 800 000 domicílios, têm mulheres como chefe de família. Significa que o Espírito Santo é um dos estados brasileiros que conta, proporcionalmente, com o maior número de domicílios chefiados por mulheres. Esse dado indica que o trabalho remunerado para as mulheres deixou de ser apenas uma forma de aumento da renda familiar e passou a ser fundamental para a sua subsistência e de sua família.

Há também a experiência das mulheres indígenas que, com a perda das condições de subsistência buscaram formas alternativas de contribuir financeiramente com a família. Algumas se tornaram empregadas domésticas dos chefes da empresa Aracruz. Entretanto, em 1998, após o processo de auto-demarcação das terras indígenas, foram demitidas em represália. Tiveram que buscar outros tipos de trabalho fora das aldeias. Contudo, há aquelas que deram mais sorte e conseguiram trabalho como educadoras e agentes de saúde nas próprias aldeias onde vivem. Todo esse esforço das mulheres para contribuírem com a renda familiar tem gerado mudanças no seu papel tradicional o que, de alguma forma, vem afetando toda a comunidade. Por outro lado, apesar dos estragos produzidos pela ação desse grande projeto agroindustrial, ele busca estar sempre próximo dessa população, promovendo ações de caráter assistencial. Uma das últimas atividades de que se tem notícias é a promoção de cursos profissionalizantes para essas mulheres, buscando torná-las manicures, pedicures e garçonetes, profissões estranhas a essa população.

Outra situação que merece destaque é a de um número reduzido de mulheres de comunidades vizinhas que trabalham dentro da empresa Aracruz. Não surpreende que nos anos de 1998, apenas 6,8% dos empregados da empresa fossem do sexo feminino, de acordo com dados da época. Ainda assim, a maior parte das mulheres que trabalhava na Aracruz fazia serviços de limpeza, trabalhava no setor administrativo na fábrica, ou no viveiro e na atividade do plantio de mudas, talvez por se acreditar que as mulheres são mais aptas para este tipo de atividade que requer um trabalho manual cuidadoso. No entanto, hoje, tal atividade já está quase totalmente mecanizada. A maioria destes serviços agora é terceirizada.

No trabalho de campo, as mulheres também sofreram como os homens, acidentes de trabalho. Um exemplo de acidente aconteceu no dia 14 de julho de 1986, quando uma ex-trabalhadora da Aracruz Celulose desceu uma ‘grotá’ com uma caixa de 30 mudas de eucalipto, pesando 45 quilos. Ela caiu, fraturando a coluna. Depois de ser transferida para um serviço de limpeza de escritório, foi demitida porque não conseguia mais ficar de pé. Hoje, com 51 anos de idade, ela não agüenta carregar uma cadeira e precisa controlar a dor na coluna com remédios. Nunca mais conseguiu um outro emprego.

Muitas vezes, porém, as mulheres, invisíveis, tiveram que cuidar dos seus maridos, doentes e acidentados pelo trabalho realizado nas plantações. Dona Doralina conta que *“tinha dias que ele chegava aqui com as vistas doendo e quase não podia dormir de noite, e depois ele ficou com as vistas ruins mesmo, não estava enxergando direito, aí ele fez uns exames”*. Há inclusive mulheres viúvas de ex-trabalhadores da empresa Aracruz e de empresas terceirizadas que precisam sustentar a casa sozinha, sem qualquer apoio.

### **3. Alternativas de geração de trabalho no campo**

#### *3.1 Introdução*

Conforme Sérgio Leite (Ibase, 2004), professor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Rural do Rio de Janeiro, em 1995 a 1996 cerca de 18 milhões de pessoas trabalhavam no campo no Brasil, em atividades relacionadas à agricultura. No entanto, mais de 75% desses postos concentravam-se no setor familiar. O mesmo pesquisador sustenta que o setor de assentamentos rurais, onde se pratica geralmente a pequena agricultura, constitui hoje um campo especial para uma política consistente de manutenção e geração de novos empregos. Mas é exatamente este setor que encontra dificuldades para se reproduzir e garantir sua permanência, além de estar ameaçado pela expansão de pastagens, pela grilagem de terras, e pelo plantio de eucalipto e pinus, assim como pelo incremento de outras monoculturas em larga escala, como a da cana-de-açúcar e da soja.

No Espírito Santo, a partir da construção da fábrica C da Aracruz Celulose no período 2000 a 2002, iniciou-se um novo ciclo de expansão de eucalipto no Norte do Estado. Em artigo, no Jornal A Tribuna, em 2001, o vice-prefeito de Sooretama, Clarindo Manthaya, afirmou que *“cerca de 400 pessoas já perderam o emprego”* em Sooretama, devido à compra de terras pela Aracruz. Foi por isso que a Prefeitura começou a elaborar um projeto de lei para impedir a venda de terras para a

empresa. No mesmo artigo, Jaceir Alves Fernandes, da Federação de Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo (FETAES), declara que 15 hectares de eucalipto gera apenas um emprego, enquanto cada hectare de lavoura de café pode dar emprego para até dois trabalhadores.

A Veracel Celulose fez um estudo por conta própria sobre a geração de emprego nas suas áreas, no Estado da Bahia, que totalizam 146.927 hectares (73 mil hectares de monocultura de eucalipto), comparando o número de moradores, trabalhadores e empregados nas propriedades compradas, antes e depois da sua chegada. (tabela 4).

**Tabela 4: Ocupação de terra, antes e depois da compra de terras pela Veracel**

Município	Propriedade	Tamanho médio ha	Antes da chegada da Veracel <sup>1</sup>			Depois da chegada da Veracel <sup>2</sup>		
			Moradores	Trabalhadores	Empregados	Moradores <sup>3</sup>	Trabalhadores	Empregados
Belmonte	101	249	213	130	89	2		206
Canavieiras	5	447	7	3	3	0		1
Encruzilhada	1	98	0	0	0	0	Todos incluídos na coluna à direita	1
Eunápolis	78	511	167	72	57	17		553
Guaratinga	5	400	8	4	2	4		1
Itabela	17	487	60	24	20	15		43
Itagimirim	14	235	32	17	9	4		1
Itapebi	20	186	31	15	13	6		76
Porto Seguro	46	478	136	50	38	9		2
S.C.Cabrália	120	336	240	127	66	14		56
<b>Soma</b>	<b>407</b>	<b>3427</b>	<b>894</b>	<b>442</b>	<b>297</b>	<b>71</b>		<b>944</b>

(Fonte: Veracel Celulose, 2003).

1. Todos os trabalhadores estavam morando nas propriedades. Apenas uma parte deles estava formalmente empregada.
2. A partir de julho de 2003.
3. 17 empregados e 54 dependentes. Empregados são incluídos na coluna “empregados”.

Baseada na tabela 4, a Veracel conclui, de forma positiva, que o número de trabalhadores (442) e empregados (297) na área aumentou de 739, antes da sua chegada, para 944, depois que ela chegou. A empresa pretende assim demonstrar que está gerando mais empregos do que eram criados antes quando havia principalmente fazendas de gado.

Na verdade, o que se pode concluir a partir desses dados é que a Veracel, ao substituir 73.000 hectares de pastagens para a criação de gado, por 73.000 hectares de monocultura de eucalipto, está substituindo uma atividade que gerava um emprego em cada 99 hectares (criação de gado), por outra atividade que gera apenas um emprego por cada 78 hectares (plantio de eucalipto). E se considerarmos a área total da Veracel de 146.927 hectares (Veracel Celulose, 2003), o plantio de eucalipto gera apenas um emprego em cada 156 hectares. Isso significa que mesmo se aceitarmos

os dados da própria empresa, que obviamente geram algumas dúvidas e interrogações, o certo é que, em termos de geração de empregos, a Veracel mostra que seu projeto é um desastre total: um emprego em cada 156 hectares das terras que estão em seu poder!

Ao mesmo tempo, a pesquisa mostra um dado preocupante que é a quase ausência de moradores no meio das plantações de eucalipto: 71 moradores em 146.927 hectares! Segundo os dados apresentados na tabela 4, mais de 800 moradores tiveram que sair das suas casas quando a Veracel chegou. Isso significa que as pessoas que moram nas propriedades do entorno ficaram ainda mais isoladas, sem vizinhos. Este isolamento, conforme depoimentos coletados para o presente estudo, torna-se uma nova causa do êxodo rural. A ausência de moradores acaba aumentando também a insegurança nessas regiões de eucalipto.

É importante observar também que os números da Tabela 4 deixam algumas interrogações. Na tabela abaixo (5), simplificamos os dados da Tabela 4 para mostrar isso mais claramente. Em primeiro lugar, chama a atenção o aumento do número de trabalhadores e empregados no Município de Eunápolis, o que permitiria à Veracel afirmar que realmente está gerando muito mais empregos do que existiam antes nas propriedades adquiridas naquele município. Vale ressaltar, entretanto, que o aumento no número de empregos pode ser facilmente explicado pela presença, nesse município, do viveiro da empresa, no qual são produzidas as mudas para todas as áreas de plantio. Além disso, Eunápolis abriga ainda a sede administrativa da empresa para coordenação das atividades relacionadas às plantações. Desta forma o aumento do número de empregos em Eunápolis contrasta claramente com a diminuição do número de empregos na maioria dos outros municípios, nos quais só existem as plantações. Isso coincide com a enorme diminuição dos “moradores” nestas áreas.

Além disso, os dados gerais apresentados não dizem nada sobre as situações concretas. Os números da própria empresa mostram que para os moradores do município de Santa Cruz de Cabrália, a chegada da Veracel foi uma tragédia de enormes proporções, dado que dos 193 trabalhadores e empregados que existiam, restaram apenas 56, e dos 240 moradores sobraram apenas quatorze. Pior ainda é a situação em Porto Seguro, onde o número de trabalhadores/empregados passou de 88 para dois, e o de moradores passou de 138 para nove. Em Itagimirim, dos 26 trabalhadores/empregados sobrou apenas um. Apenas Itapebí, por algum motivo não conhecido, parece ter se beneficiado com um real aumento (48) dos postos de trabalho, enquanto nos outros municípios este número ficou mais ou menos estável, ou tiveram alguma perda.

**Tabela 5: Ocupação de terra, antes e depois da compra de terras pela Veracel (simplificada)**

Município	Antes da chegada da Veracel Trabalhadores e Empregados	Depois da chegada da Veracel Trabalhadores e Empregados	Depois da chegada da Veracel Aumento ó disminuição
Belmonte	219	206	-13
Canavieiras	6	1	-5
Encruzilhada	0	1	+1
Eunápolis	129	553	+424
Guaratinga	6	1	-5
Itabela	44	43	-1
Itagimirim	26	1	-25
Itapebi	28	76	+48
Porto Seguro	88	2	-86
S.C.Cabrália	193	56	-137
<b>Soma</b>	<b>739</b>	<b>940</b>	<b>201</b>

No âmbito do presente estudo, buscou-se fazer um levantamento no município de Vila Valério, Espírito Santo, onde recentemente foi plantado eucalipto, pela Aracruz Celulose, em função do novo ciclo de expansão da empresa. As áreas ocupadas eram anteriormente utilizadas, sobretudo, para o plantio de café. A partir destes dados, busca-se comparar a geração de emprego em áreas de eucalipto com áreas de produção de café, sendo esta última muito mais significativa em termos de geração de emprego, trabalho e renda para a população rural, do que a criação de gado extensiva - referência para o estudo realizado pela Veracel. Busca-se mostrar também qual é a capacidade de geração de trabalho e renda da pequena propriedade dentro da lógica da agricultura campestre, defendida pelo Movimento dos Pequenos Agricultores.

### 3.2 Estudo de caso: Vila Valério

#### *Informações gerais*

O município de Vila Valério fica na região Norte do Espírito Santo, abrangendo 42 270 hectares e conta com uma população estimada em 13 899 habitantes, sendo 4 099 habitantes da área urbana (29%), e 9 800 habitantes da área rural (71%).

O município vive basicamente da produção agrícola, principalmente das lavouras de café conillon que ocupam 22 800 hectares (IBGE, 2002), ou seja, 54% do município. A segunda maior lavoura é o plantio de coco que ocupa 986 hectares. Em terceiro lugar está o plantio de eucalipto que ocupa cerca de 700 hectares. Outros plantios, em menor escala, são o milho, o feijão, a banana,

a pimenta do reino, frutas e seringueira. Além das plantações, cerca de 10 850 hectares do município é ocupado por pastagens.

Outro dado relevante é o grande número de propriedades, 1 590. Desses, 29% são propriedades de 0 a 10 hectares e 58,2% de 10 a 50 hectares. O que significa que a grande maioria das propriedades é de pequeno porte. Apenas 4,5% das propriedades são grandes, acima de 100 hectares.

Na área urbana vive-se basicamente da produção de café. Segundo o vereador Moacir Olidonio, existem sete armazéns de café na sede do município e cada um tem em torno de vinte a trinta empregados. Há armazéns ainda em alguns vilarejos na área rural do município.

Em 1993, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Vila Valério e Vila Pavão criou o projeto 'Denes', com a proposta de investir na agricultura familiar. O projeto tem apostado na fruticultura, uma atividade capaz de produzir até dez empregos diretos por hectare, conforme afirma o Sr. Decimar Schultz, assessor-técnico da Fundação Luterana Sementes. Segundo o pastor luterano Christian: *"Nossa intenção maior é diversificar o plantio de culturas na região, dentro de um conceito ecológico consistente e com uma preocupação de ampliar o mercado para a venda da produção"*. Além de questionar o impacto ambiental da monocultura de eucalipto, o pastor Christian diz que ela provoca o êxodo rural, porque tanto o plantio quanto a colheita da lavoura são mecanizados, deixando os produtores rurais desempregados.

O plantio comercial de eucalipto e a compra de terras pela Aracruz Celulose em Vila Valério começaram em 2001. Hoje, três anos depois, é um bom momento para se fazer uma avaliação deste plantio num município que vive basicamente da agricultura do café.

#### ***Situação de emprego nas áreas da Aracruz, antes do plantio de eucalipto***

Foram feitas algumas visitas e entrevistas com pessoas que trabalhavam nas maiores áreas compradas pela Aracruz Celulose: a Fazenda Breda com 473,44 hectares e a Fazenda de Luiz Meringuelli com 68,60 hectares.

Na Fazenda Breda, cerca de quarenta pessoas estavam vivendo e trabalhando permanentemente como empregados do fazendeiro, conforme depoimento de uma ex-empregada, dona Teresa. Na época da safra do café, o número de trabalhadores aumentava para 1 300 pessoas que vinham de outros municípios, inclusive de outros estados, como a Bahia. Quando a Fazenda foi comprada pela Aracruz, o dono sentou com as famílias e falou que não tinha jeito, que todo mundo teria que ir embora mesmo. Desde então, a vila de Arariboia, que vivia basicamente do movimento de pessoas e mercadorias em torno da Fazenda Breda, entrou em decadência. Hoje, isso pode ser constatado por qualquer um que visita a Vila, onde algumas famílias que permaneceram sofrem com a falta de emprego e de perspectiva. O Sr. Martim, morador antigo do local afirma que é *"...contra invasão de terras, mas esta fazenda deveria ter sido invadida para evitar este plantio de eucalipto..."*. Outro morador local afirma que o *"...problema é que uma vez ocupada pelo eucalipto, nunca mais volta para agricultura..."*.

Foi entrevistada também uma família de ex-moradores da Fazenda dos Meringuelli. Esta família mudou-se recentemente para a sede do município de Vila Valério, depois de ter trabalhado numa outra fazenda, após ser expulsa pela Aracruz da Fazenda dos Meringuelli. Disseram que moravam naquela fazenda com cinco outras famílias, antes da chegada da Aracruz. Sua família era composta de quatro membros que trabalhavam diretamente com uma área de cerca de 12 hectares com 25 000

pés de café, como meeiros, o que significa que a metade da safra era para o patrão. Ganhavam cerca de 10 000 a 12 000 reais ao ano com o café, e ainda tinham pequenos animais, uma horta, lenha e água à vontade e haviam iniciado um plantio de pimenta-do-reino. Na época da colheita, cerca de trinta a quarenta pessoas trabalhavam na fazenda. Quando a Aracruz a comprou, a família da dona Teresa conseguiu negociar a colheita do café ainda por duas vezes. Eles reclamam da dor de ter deixado aquela propriedade, e admitem que prevêem muitas dificuldades na nova etapa da sua vida na cidade, já que não têm costume de viver na cidade nem ao menos perspectivas de emprego. Reclamam que na roça a vida era muito mais fácil do que na cidade. Com a compra da propriedade pela Aracruz, a casa da dona Teresa e as casas dos outros meeiros, com os quais sempre se relacionavam e trabalhavam, foram destruídas.

De acordo com os depoimentos, conclui-se havia entre sessenta a 100 pessoas trabalhando permanentemente nas áreas compradas pela Aracruz em Vila Valério, áreas que juntas abrangem em torno de 1 000 hectares (cerca de 700 hectares de terra agricultável e hoje ocupada por eucalipto). Essas áreas, conforme diversos depoimentos, são quase todas planas e consideradas as melhores do município para fins de agricultura. A principal cultura nessas áreas era o café.

#### ***Situação de emprego nas áreas da Aracruz, depois do plantio de eucalipto***

Com a entrada da empresa Aracruz em Vila Valério, a empreiteira Plantar, conseguiu firmar contrato com a empresa para fazer o plantio de eucalipto e aplicação de agrotóxicos nas áreas adquiridas. Inicialmente, a Plantar contratou quarenta pessoas. Hoje apenas 28 pessoas trabalham diariamente. Ainda assim, conforme um deles, esse grupo trabalha parcialmente no município de Vila Valério, e também em municípios próximos como Sooretama, Jaguaré e São Mateus. O motivo é que já não há serviço suficiente para os 28 trabalhadores nos 700 hectares de eucalipto já plantados em Vila Valério. O trabalhador da Plantar afirma ainda que o trabalho é árduo e o salário baixo (350 reais, dos quais sobram, após alguns descontos, cerca de 300 reais). Ele gostaria de ter um outro emprego, de melhor qualidade, e um salário maior. Apesar de reconhecer que a Plantar fornece equipamento individual de proteção, o trabalhador tem pavor de certas aplicações de agrotóxicos em áreas de 'grotas', quando se fica muito exposto às aplicações dos colegas. Prefere trabalhar na enxada, em vez de mexer com agrotóxicos. Reclama ainda que não se ganha por produtividade, o que desmotiva os trabalhadores. Porém admite também que, mesmo assim, tem medo de perder o emprego.

#### ***A proposta do Movimento dos Pequenos Agricultores***

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) surgiu no Espírito Santo em 1998 e defende a permanência do homem no campo, lutando pela garantia da segurança alimentar dos agricultores e, ao mesmo tempo, contra o fortalecimento do modelo agroindustrial do Brasil, que continua expulsando famílias inteiras do campo, defendendo a monocultura, a introdução de transgênicos e a aplicação de adubos químicos e agrotóxicos. No Espírito Santo, cerca de 10 000 famílias de pequenos agricultores de um total de 55 000 já participam do MPA, de alguma maneira. Em Vila Valério, existe um núcleo municipal deste movimento.

Houve visitas, com membros do MPA, a vários agricultores que trabalham concretamente na implementação da proposta do MPA, a *agricultura campesina*. O que chama a atenção é que em poucos hectares (a maioria dos pequenos agricultores tem até 20 hectares de terras), os agricultores

são capazes de plantar uma grande diversidade de culturas que praticamente garante a sua segurança alimentar. Nas propriedades há, em média, quatro pessoas trabalhando, considerando ainda que nas épocas de safra, principalmente do café, este número pode dobrar ou até triplicar. Não são usados agrotóxicos, o que diminui o custo de produção e garante a saúde do trabalhador e dos alimentos que ele e sua família consomem.

O MPA ainda defende o plantio de café, mesmo sendo uma monocultura, como base de sustentação dos agricultores, nunca como única cultura. Uma quantidade de 3 000 pés de café (cerca de 1,5 hectares) bem cuidados pode garantir anualmente cerca de 150 sacos de café pilado. Com o preço atual, esta quantidade de café pode render para o agricultor cerca de 18 000 reais ao ano, ou seja, 1 500 reais ao mês. Há alguns anos que em Vila Valério foi registrada a maior produtividade de café do Brasil na propriedade de Ozílio Paterlli: mais de 208 sacas de 60 quilos por hectare.

O MPA defende uma reforma agrária que garanta que mais pessoas possam viver da pequena agricultura. Considera o latifúndio um dos maiores atrasos no campo, a exemplo das grandes fazendas com pastagens e monocultura de eucalipto. De acordo com o MPA, a monocultura mecanizada em larga escala, gera pouquíssimos empregos e causa impactos ambientais negativos, além de concentrar renda nas mãos de poucos.

### ***Conclusão***

É possível comparar, com base apenas em dados quantitativos, a geração de emprego no plantio de eucalipto e outras atividades no campo, como a Veracel Celulose fez na tabela 4. No entanto, verificou-se que a conclusão da Veracel, aparentemente positiva – aumento do emprego com o plantio de eucalipto –, é uma conclusão precipitada porque o tema “trabalho e emprego” nas áreas rurais é algo muito mais complexo.

Neste estudo de caso, baseado nos dados coletados em Vila Valério, considera-se que é mais correto comparar, não um só, mas diversos aspectos quantitativos e qualitativos relacionados ao tema ‘emprego e trabalho’ para que se possa avaliar as vantagens e desvantagens de cada alternativa, comparando as monoculturas do eucalipto e do café com a proposta de agricultura campesina do MPA (Tabela 6).

**Tabela 6: Aspectos relacionados a trabalho e emprego nas monoculturas do eucalipto e do café e na agricultura campesina**

	<b>Monocultura do eucalipto</b>	<b>Monocultura do café</b>	<b>Agricultura campesina</b>
<b>Capacidade de geração de emprego</b>	Baixa (1 emprego direto e indireto/28-37 hectares)	Alta (até 1 emprego/ha; na safra até 2 a 3 empregos/ha)	Alta (até 1 emprego/1-2 ha; na safra até 4 a 5 empregos/ha)
<b>Capacidade de geração de renda</b>	Baixa (1 a 1,5 salário mínimo para o trabalhador)	Média-alta (até 1000 reais por hectare)	Média-alta (até 1000 reais, ou mais, por ha; café com outras culturas)
<b>Riscos à saúde</b>	Alta (cultura com aplicação de agrotóxicos)	Médio-Alta (cultura com, geralmente, aplicação de agrotóxicos)	Baixo (não usa agrotóxicos; os próprios alimentos, são saudáveis)
<b>Segurança alimentar</b>	Baixa (precisam comprar alimentos para a família)	Baixa (precisam comprar alimentos para a família)	Alta (produzem seus alimentos básicos: feijão, arroz, milho, hortaliças, etc.)
<b>Risco de perder emprego</b>	Médio-Alto	Médio-baixo (risco médio no caso de diaristas)	Baixo
<b>Conta de água, gás, energia</b>	Alta (trabalhador precisa pagar água, gás e energia)	Média (sempre tem acesso à água e lenha na roça)	Média (sempre tem acesso à água e lenha na roça)
<b>Circulação da produção no município</b>	Geralmente baixa. Sai do município para fábricas de celulose da Aracruz	Alta. Circula no município, gerando impostos e trabalho	Alta. Circula no município, gerando impostos e trabalho
<b>Transporte para o trabalho</b>	Demorado. Com ônibus e às vezes demorado	Rápido (geralmente, a roça é próxima da casa)	Rápido (geralmente, a roça é próxima da casa)

## Considerações finais

Mais do que apresentar dados específicos sobre a geração de emprego, o estudo pretende oferecer alguns elementos para reflexão sobre um tema complexo. Esta reflexão é fundamental para que as pessoas, comunidades e movimentos, que enfrentam nas suas regiões projetos de plantio de eucalipto em larga escala para produção de celulose – símbolos de “modernização” e “progresso” –, possam elaborar uma visão mais abrangente e crítica da realidade de emprego e trabalho em torno desse tipo de projeto.

Constata-se que há uma enorme distância entre a “promessa” de uma empresa como a Aracruz Celulose, e a realidade. A empresa está preocupada em apresentar sempre números que soam favoráveis aos ouvidos do público em geral. No entanto, um olhar mais cuidadoso coloca em cheque boa parte desses números, sobretudo quando se avalia o volume de investimentos e a extensão territorial da empresa. A “promessa” se repete para todo um setor, erroneamente chamado de setor “florestal”. Este setor procura expandir as plantações no Brasil para onde puder, em busca de mais lucros para os acionistas das empresas envolvidas. Nessa empreitada, conta com uma série de parceiros, sobretudo o Estado, que infelizmente parece ainda mais otimista do que as próprias empresas em relação às “promessas” de emprego.

O estudo demonstra também a contradição que é se investir tanto no plantio de eucalipto e na produção de celulose, que tendem a necessitar cada vez menos de trabalhadores, numa sociedade que necessita tanto de mais empregos. A mecanização e a terceirização promovidas na Aracruz Celulose, nos últimos 20 anos, demitiram milhares de trabalhadores, além de terem estimulado a precarização das condições de trabalho e a fragilização dos sindicatos, que deveriam ser um ponto de apoio para o trabalhador, e não para a empresa. Nesse sentido, o drama dos ex-trabalhadores do setor, além da situação daqueles que continuam, por exemplo, aplicando os agrotóxicos, são muito preocupantes. Os direitos violados dos ex-trabalhadores ainda esperam por reparações dignas por parte da Aracruz Celulose.

Talvez um dos pontos mais importantes que este estudo mostre é que o projeto de expansão das plantações de monoculturas de árvores e produção de celulose, ao gerar em certo número de empregos, destrói outras oportunidades de trabalho, mais difíceis de serem quantificadas. Exemplos disso são as diversas atividades tradicionais das comunidades indígenas e quilombolas, além da produção de café por produtores rurais em Vila Valério. Ficou claro, também, que as mulheres são as principais vítimas do projeto dominador da Aracruz; não há lugar para elas nos planos dos gerentes e estrategistas da empresa.

A perda de “trabalho” não parece ter relevância no mundo moderno de hoje que apenas fala em “emprego”. Uma afirmação da Aracruz mostra como ela mesma é defensora dessa visão, para a empresa: *“Atividades florestais oferecem oportunidades de emprego, mesmo nas áreas mais remotas do país”*. O que significa que para ela, a diversidade de atividades tradicionais de trabalho, uma característica das comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, simplesmente não existe.

É preciso revalorizar o trabalho humano que muitas vezes não se traduz num emprego formal, com salário e carteira assinada, como por exemplo a situação dos que hoje trabalham na plantação de eucalipto, totalmente dependentes de uma empresa, com salários baixos e altos riscos para sua saúde. Ao se pensar na importância do trabalho para as pessoas, é preciso reafirmar a importância da autonomia das comunidades tradicionais e camponesas, que tendem a perder seus recursos e atividades tradicionais por causa da “fome” de empresas que continuam se apropriando de suas terras, prometendo, em troca, alguns empregos.

## Bibliografia

- Aracruz Celulose S.A. <http://www.aracruz.com.br>
- Aracruz Celulose S.A. Relatório Social e Ambiental. 2003. [www.aracruz.com.br](http://www.aracruz.com.br)
- Aracruz News, no. 4 - year 2, 1996.
- BVQI, comunicado sobre a certificação CERFLOR da Aracruz Celulose no Espírito Santo. São Paulo, novembro de 2004.
- Calazans, Marcelo e Overbeek, Winfried. O caso Aracruz Celulose no Brasil: ECAs exportando insustentabilidade. Espírito Santo, Brasil: 2003.
- Cepemar. Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Fiberline C. Relatório Técnico COM RT 079/99. Dezembro 1999.
- Eucalipto: uma contradição. Impactos ambientais, sociais e econômicos do eucalipto e da celulose no Extremo Sul da Bahia. Cepedes/CDDH. Eunápolis, 1992.
- FASE-ES. Relatório I da Violação dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESCA I) pelo Estado do Espírito Santo e Aracruz Celulose. Vitória, agosto de 2002.
- FASE-ES: Relatório II da Violação dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESCA II) pelo Estado do Espírito Santo e Aracruz Celulose. Vitória, dezembro de 2003.
- FASE-ES. Cruzando o Deserto Verde. Filme-denúncia. 2002.
- FASE-ES. Relatório sobre os processos judiciais civis e trabalhistas contra o grupo Aracruz Celulose no Estado do Espírito Santo, 2003.
- Ibase. Democracia Viva 21: Especial Mercado de Trabalho. Rio de Janeiro, abril/maio 2004.
- IBGE. Informações levantamento sistemático da produção agrícola no município de Vila Valério. 2002.
- Jornal *A Gazeta*: Aracruz incentiva plantio de eucalipto: muita gente critica o projeto florestal, acusando-o de ser um dos principais fatores de desertificação do Norte do Estado. 01/04/1999.
- Jornal *A Gazeta*: Caderno Especial - Aracruz Celulose: investimento social. 17/04/2002.
- Jornal *A Gazeta*: No último 'quilombo', a força da resistência: a comunidade negra de Espírito Santo, em São Mateus, já teve 80 famílias. Hoje são apenas 40. 11/04/1999.
- Jornal *A Gazeta*: Preço da celulose preocupa a Aracruz: empresa admite que lucro será menor por causa da redução no valor da celulose. 11/04/1999.
- Jornal *A Gazeta*: Sinticel exige o fim das demissões na Aracruz Celulose. 14/12/2002.
- Jornal *A Tribuna*: Plantio de eucalipto deixa produtores rurais em alerta. 2001.
- Jornal *Estado de Minas*. Luta pelo fim de um mito. 27/10/2003.
- Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª. Região; Coordenadoria de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos - CODIN. Ação Civil Pública. 2002.
- Os Danos Sócio-ambientais do eucalipto no Espírito Santo e na Bahia. Seminário. Movimento Alerta contra o Deserto Verde. Junho/2000.
- Scotto, Gabriela. Uma resenha de exportação brasileira de produtos intensivos de energia: implicações sociais e ambientais de Célio Bermann. Revista *Proposta*. No. 99 Dez/Fev de 2003/04: p. 54-57.
- Veracel Celulose. Homepage: [www.veracel.com.br](http://www.veracel.com.br)
- Veracel Celulose. Documento: Questions and Answers on Veracel, 16/12/2003.

